



**Eucatex S.A. Indústria e Comércio e
Sociedades Controladas**

**Demonstrações Financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020, de
2019 e parecer dos auditores independentes**

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao quarto trimestre de 2020.

São Paulo, 25 de Março de 2021.

Flávio Maluf

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf

Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Sergio Henrique Ribeiro

Diretor de Controladoria

Genildo de Brito

Diretor Jurídico

**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores
Independentes**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de SãoPaulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MFsob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7de dezembro de 2009, , que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia reví, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao quarto trimestre de 2020.

São Paulo, 25 de Março de 2021.

Flávio Maluf

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf

Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo

Sergio Henrique Ribeiro

Diretor de Controladoria

Genildo de Brito

Diretor Jurídico

Parecer do conselho fiscal

Com base nos exames efetuados sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina (a) por maioria, que os referidos documentos, em todos os seus aspectos relevantes estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas e (b) por maioria, que estão de acordo com a de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, tendo os conselheiros aprovado a matéria por maioria.

São Paulo, 25 de março de 2021.

Orçamento de Capital Exercício 2021

Valores em R\$ 000

	2021
Modernização, Sustentação e Manutenção Fabril	82.308
Investimentos Florestais	93.591
Total	175.899

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eucatex S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Eucatex S.A. Indústria e Comércio** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eucatex S.A. Indústria e Comércio** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards*.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas Empréstimos e financiamentos - ausência de documentação suporte apropriada para evidenciar a titularidade do credor e conseqüentemente reconhecimento, mensuração e divulgação adequados da referida dívida

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.18 e 19, a Companhia possui registrado e divulgado em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o saldo de dívida no montante de R\$ 122.623 mil (R\$ 94.687 mil em 31 de dezembro de 2019) segregados entre passivos circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 35.182 mil e R\$ 87.441 mil, respectivamente, junto a instituição financeira Deutsche Bank Service Uruguai, para o qual não recebemos documentação suporte apropriada para evidenciar a titularidade do credor da dívida em 31 de dezembro de 2020, especialmente pelo fato da Administração da Companhia receber uma notificação judicial descrevendo que o credor atual da referida dívida é a empresa *Kildare Finance Limited*, sem que tenha sido anuente com qualquer cessão. Nessas circunstâncias, a Administração da Companhia apoiada pelos seus Assessores Jurídicos discute judicialmente os seguintes elementos judiciais sobre a referida notificação da dívida: i) Prejudicialidade; ii) Ilegitimidade Ativa; iii) Inexigibilidade por ausência de liquidez do título; iv) Prescrição; v) Excesso de garantia e vi) Inexistência de mora, além disso, segundo seus Assessores Jurídicos esse caso não possui precedentes similares para avaliar o valor envolvido e sendo difícil precisar o seu desfecho. Conseqüentemente, pela ausência de documentação suporte apropriada para evidenciar o efetivo credor e pela indefinição dos demais elementos em discussão judicial, não nos foi possível, nas circunstâncias e pelas limitações apresentadas, opinar qual seria o credor atual da dívida, o referido montante a ser reconhecido, mensurado e divulgado, assim como determinar se há outros eventos como garantias, avais, fianças ou obrigações inclusive tributárias sobre a referida dívida apresentada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Eucatex S.A. Indústria e Comércio** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativos biológicos mensurados ao valor justo

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.17 e 16, os ativos biológicos são mensurados a valor justo, na periodicidade trimestral e determinados por meio do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, cujo valor presente do fluxo de caixa descontado é determinado com base em metodologia específica para refletir os modelos econômicos de uma unidade de negócios exclusiva para o plantio de eucalipto. Na determinação dessa metodologia, são utilizadas premissas que envolvem alto grau de julgamento da Administração da Companhia e suas controladas, como por exemplo: Fluxos de caixa líquido, Taxa de descontos, volume de colheita e periodicidade para cálculo do valor justo do ativo biológico menos custo para vender. Nesse sentido, com base na relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos controles internos relacionados à atividade florestal da Companhia e suas controladas;
- O envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas utilizadas, inclusive foram realizados testes em bases amostrais do recálculo do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado preparados pela Administração da Companhia e suas controladas;
- Comparação com as informações obtidas de fontes externas, quando disponíveis; e
- Realização de testes documentais para suportar os dados utilizados nas premissas de cálculo do valor justo, e avaliação da adequada divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, consideramos que os critérios e premissas consideradas para a mensuração do valor justo dos ativos biológicos utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.17 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.24 e 31, o reconhecimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando os aspectos de transferência de riscos e benefícios atrelados aos produtos e no momento adequado. Considerando o volume de transações envolvidas, portfólio de produtos, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos determinados pela Companhia e suas controladas. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação e entendimento dos controles internos que abrangem a estimativa do prazo médio de entrega por região geográfica no Brasil, bem como a identificação das vendas não entregues e que, conseqüentemente, não cumprem os critérios para reconhecimento;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia e suas controladas para estornar receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado;
- Teste documental, em bases amostrais de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a adequação do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita de vendas faturadas e não entregue;
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.24 e 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Estimativa de realização dos tributos diferidos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.20 e 11, a Companhia mantém registrados créditos tributários no saldo Consolidado, oriundos de diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, substancialmente, esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera provável que a Companhia e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro suficientes para compensar os saldos desses créditos. Nessa consideração a Administração da Companhia e suas controladas, estabelecem substanciais julgamentos que visam estimar sua realização futura, como por exemplo na determinação das seguintes premissas: Fluxo de Caixa Descontado - trazido a valor presente; Taxas de descontos; Projeções de crescimento; e Projeções de despesas e custos. Nesse sentido, com base na relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração; a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações delas. Adicionalmente, recorreremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia e suas controladas quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;
- O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos está consistente com a avaliação da Administração e com nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto;
- Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, consideramos que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.20 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.24 e 10, em abril de 2019, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos no período de 1992 à 2017 em relação a exclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS é de 2003 a 2017 em relação a exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS.

Desta forma, a Companhia registrou crédito tributário de PIS e COFINS, no valor total de R\$190.905 mil, incluindo principal e atualização monetária. A mensuração desses créditos considerou julgamento da Administração em conjunto com seus Assessores Jurídicos, inclusive utilizando opinião legal, especialmente na determinação da metodologia de cálculo dos créditos fiscais, no caso, foi considerada a metodologia a taxa percentual do Pis e da Cofins sobre o ICMS destacado em nota fiscal.

Nesse sentido, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico da administração, amparada pela opinião de assessores jurídicos e tributários, na mensuração dos impactos decorrentes da ação transitada em julgado, bem como quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O entendimento do processo da Administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, em conjunto com nossos especialistas tributários;
- A análise, com auxílio de nossos especialistas tributários, da documentação relativa à decisão judicial transitada em julgado, bem como das opiniões legais emitidas em conexão com o tema;
- A realização de testes de recálculo do crédito apurado pela Companhia em bases amostrais, incluindo a análise da documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, em conjunto com a realização de procedimentos analíticos substantivos de auditoria;
- A análise da estimativa de recuperação dos créditos tributários preparada pela administração; e
- Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos créditos tributários incluídas nas Notas Explicativas nºs 2.24 e 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados para mensuração e reconhecimento dos referidos créditos tributários adotados pela administração, assim como as divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.24 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes individuais e consolidados ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Eucatex S.A. Indústria e Comércio, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sobre o qual emitimos relatório datado de 24 de março de 2020, contendo modificações sobre: (i) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS - Ausência de Reconhecimento pela não possibilidade de mensuração do valor; e (ii) Ausência de respostas às confirmações externas - Instituições financeiras (Deutsche Bank Service Uruguai e Banco Original S.A. Esses assuntos, exceto pelos possíveis efeitos no exercício corrente do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, foram submetidos aos procedimentos de auditoria do exercício corrente, e não foram identificados impactos neste conjunto completo de demonstrações contábeis individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos do assunto mencionado na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as outras informações também podem estar distorcidas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, que compreende a diretoria da Companhia e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 29 de março de 2021



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5

Relatório da Administração do 4T20

Destaques

4T20

- Receita Líquida de R\$ 527,9 milhões (+32,8%)
- EBITDA Recorrente de R\$ 110,6 milhões (+44,3%), com Margem de 20,9%
- Lucro Líquido Recorrente de R\$ 41,5 milhões (+79,5%)

2020

- Receita Líquida de R\$ 1.797,6 milhões (+17,8%)
- EBITDA Recorrente de R\$ 359,4 milhões (+24,1%), com Margem de 20,0%
- Lucro Líquido Recorrente de R\$ 94,8 milhões (+24,9%)

Valores em R\$ MM	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Receita Líquida	527,9	397,5	32,8%	1.797,6	1.525,8	17,8%
Lucro Bruto	161,0	116,7	38,0%	567,8	434,9	30,6%
<i>Margem Bruta (%)</i>	30,5%	29,4%	1,1 p.p.	31,6%	28,5%	3,1 p.p.
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	42,9	72,3	-40,6%	306,1	256,2	19,5%
<i>Margem LAJIDA (EBITDA) (%)</i>	8,1%	18,2%	-10,1 p.p.	17,0%	16,8%	0,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	38,1	20,2	88,4%	144,2	65,6	119,6%
Lucro (Prejuízo) Recorrente	41,5	23,1	79,5%	94,8	75,9	24,9%
Endividamento Líquido	420,9	414,7	1,5%	420,9	414,7	1,5%
Dívida Líquida / LAJIDA (EBITDA) (UDM)	1,2	1,5	-21,1%	1,2	1,5	-21,1%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	110,6	76,6	44,3%	359,4	289,6	24,1%
<i>Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente</i>	20,9%	19,3%	1,6 p.p.	20,0%	19,0%	1 p.p.

Comentários da Administração

Após um terceiro trimestre com todas as unidades fabris da Companhia operando normalmente, o 4T20 continuou superando as expectativas da administração, com resultados significativamente superiores aos obtidos no mesmo período de 2019, reflexo do aquecimento das atividades iniciado no final do segundo trimestre. A economia, que havia sido severamente castigada durante o período inicial de adoção de medidas de distanciamento social, no Brasil e em vários países, retomou de forma vigorosa, principalmente em setores ligados a construção civil, favorecendo as atividades da Companhia, que se reorganizou e se estruturou para este momento, aproveitando as oportunidades que surgiram com o novo "normal".

As medidas de auxílio emergencial que injetaram bilhões de reais na economia, bem como a redução das taxas de juros para os patamares mais baixos da história, favoreceram o consumo, sobretudo nos setores de atuação da Companhia que estão ligados a decoração e também a Construção Civil. Com as pessoas em casa, devido a quarentena, a demanda por material de construção teve um incremento significativo, devido a autoconstrução e também as reformas, contribuindo com o desempenho da indústria da construção, que manteve a trajetória de recuperação ao longo do 4T20.

Assim como no 3T20, a demanda, no 4T20, continuou aquecida em todos os segmentos de atuação da Companhia, nos Mercados Interno e Externo, com a continuidade da normalização dos recebimentos e prazos e também dos estoques.

Muitos segmentos da Indústria, incluindo aqui a de painéis de Madeira, reduziram a oferta no período mais crítico da pandemia, desorganizando a cadeia de suprimento, o que ocasionou um desequilíbrio entre a oferta e demanda. Esse desequilíbrio, associado a desvalorização cambial, provocou, no 4T20, a falta e atraso no recebimento de alguns insumos, além de pressão pelo aumento nos custos, que ainda continua forte. A Companhia vem buscando repassar esses aumentos de tal sorte a preservar as suas margens em patamares saudáveis.

Diante deste cenário, de forte demanda, a Companhia manteve os altos índices de ocupação em algumas de suas principais linhas de produção, alcançado faturamentos recordes. As ações voltadas para o aumento da exportação se mostraram acertadas e foram reforçadas com a desvalorização cambial, melhorando a lucratividade das empresas.

O índice ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), que mede o desempenho das indústrias de materiais de construção, encerrou o ano de 2020 com retração de 0,3% em 2020, menor que 5,8% apontado nos 9M20, refletindo o excelente desempenho do setor, principalmente a partir do início do 2º semestre. Para 2021, a ABRAMAT projeta um crescimento de 4,0%, demonstrando confiança na continuidade do crescimento das vendas.

Os indicadores para o mercado de painéis de madeira, somando-se as vendas de MDF/HDF/MDP/Chapa de Fibra, segundo números da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) e estimativas da Companhia, apresentou, no 4T20, crescimento tanto no mercado interno, de 23,3% quanto no mercado externo de 23,2%, quando comparado ao 4T19.

Apesar das fortes quedas nos meses de abril e maio, os indicadores para os painéis de madeira encerraram o período de 2020 com valores positivos, sendo 6,4% para o mercado interno e 7,2% para o mercado externo quando comparados a 2019, refletindo a retomada do setor no segundo semestre.

Desempenho Operacional e Resultados

As vendas físicas do Segmento Madeira da Companhia, somados os mercados interno e externo, no 4T20, apresentaram elevação de 1,1%, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2020, a queda nas vendas foi de 7,6%, basicamente devido a menor oferta de produtos no 2T20 com a parada ou redução de produção de algumas das unidades da companhia. A produção teve uma redução de 9,6%. O desempenho no trimestre é resultado do crescimento das vendas no mercado externo (+44,5%) e da queda das vendas no mercado interno de (-7,1%). Essa foi uma opção estratégica da companhia implementada

sobretudo no 2T20, quando a demanda no mercado local foi reduzida drasticamente, com reflexos no restante de todo o ano. Em 2020, a queda das vendas no mercado interno foi de 13,9%, enquanto as exportações cresceram 26,2%. O Mercado Total de Painéis de Madeira, segundo a IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) e estimativas da Eucatex, apresentou aumento de 23,3%, no 4T20, e de 6,5%, em 2020, respectivamente sobre o 4T19 e 2019.

O desempenho da Companhia, pior que o Mercado, reflete as paradas de produção ocorridas no 2T20, em função da pandemia e as medidas de distanciamento social. Nesse período, a redução da produção atingiu 36%, comparativamente ao realizado no 2T19. De forma geral, o mercado trabalha com um considerável nível de ociosidade, o que permitiu a recuperação da produção geral do ano, mesmo após as paradas que também ocorreram no 2T20.

No 4T20, o mercado continuou a sofrer os impactos da desorganização que a redução da produção e dos estoques em toda a cadeia gerou. Tendo em vista que a demanda continua em alta, a Companhia não acompanhou o crescimento de volumes do mercado, uma vez que se encontrava trabalhando próximo do limite da capacidade. Por outro lado, a Companhia continua com ocupação elevada em suas linhas de acabamento e aumentando as vendas de produtos de maior valor agregado, em linha com a sua estratégia.

As vendas físicas de Tintas da Companhia, no 4T20, apresentaram aumento de 21,9%, quando comparadas ao 4T19 e, no ano, o crescimento foi de 23,9% comparativamente a 2019. O Segmento de Tintas, dentre os segmentos atendidos pela Companhia, foi o que mais sentiu os efeitos do auxílio emergencial na demanda por seus produtos, sobretudo nas vendas destinadas para o canal de atacado e distribuição, que possui uma grande capilaridade de atendimento em lugares mais distantes e na periferia das grandes cidades. Esse fato, associado com as melhorias de gestão, implantadas desde 2019, contribuíram para um crescimento nas vendas da Companhia maior que a do Mercado. Segundo a ABRAFATI (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas), o mercado apresentou elevação de 13,0% no 4T20 e 5,1%, no ano de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Desempenho Operacional base 100 - 2005

Vendas Físicas	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Painéis de Madeira (MI)	138	148	-7,1%	139	162	-13,9%
Painéis de Madeira (ME)	373	258	44,5%	248	197	26,2%
Tintas	398	326	21,9%	424	342	23,9%

MI - Mercado Interno / ME - Mercado Externo

Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida (R\$ MM)	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Segmento Madeira	384,6	287,7	33,7%	1.268,2	1.125,6	12,7%
Segmento Tintas	115,6	85,0	36,0%	403,5	303,4	33,0%
Outros	27,8	24,8	11,9%	125,9	96,8	30,0%
Receita Líquida	527,9	397,5	32,8%	1.797,6	1.525,8	17,8%

A Receita Líquida Total, no 4T20, atingiu R\$ 527,9 milhões, ante R\$ 397,5 milhões, no 4T19, crescimento de 32,8% e, em 2020, R\$ 1.797,6 milhões, contra R\$ 1.525,8 milhões, em 2019, aumento de 17,8%.

No Segmento Madeira, a elevação da Receita, no trimestre, foi de 33,7%, como reflexo do crescimento nos volumes de venda no mercado externo, comparativamente ao 4T19. Contribuiu para este desempenho, a desvalorização cambial e também os aumentos de preços implementados no Mercado Interno, como reação aos crescentes aumentos de custos que a Companhia tem experimentado. O crescimento da Receita Líquida, em 2020, foi de 12,7% em relação a 2019.

No 4T20, o Segmento de Tintas, apresentou elevação de 36,0% na Receita Líquida, comparativamente ao 4T19, refletindo o crescimento nos volumes e nos preços de venda, fazendo frente aos aumentos de custos. Em 2020, as vendas de tintas cresceram 33,0%, comparativamente a 2019.

Custo dos Produtos Vendidos Recorrentes (CPV)

O CPV apresentou elevação de 32,1% no 4T20, comparativamente ao 4T19. Os custos dos insumos têm sofrido forte pressão da desvalorização cambial e também do crescimento da demanda por commodities no mundo. Apesar dos aumentos de custos estarem impactando o resultado do 4T20, o mesmo foi compensado por um maior nível de ocupação em todas as linhas e também uma maior diluição de custos fixos.

Valor Justo do Ativo Biológico

No 4T20, o valor justo do ativo biológico foi de R\$ 5,5 milhões, impactado pelo aumento da área plantada no trimestre e também por mudanças nas premissas utilizadas, como custos, preços e taxas.

Lucro Bruto e Margem Bruta Recorrentes

O Lucro Bruto atingiu R\$ 161,0 milhões, no 4T20, contra R\$ 116,7 milhões, no 4T19, elevação de 38,0%, devido, principalmente, aos ganhos de produtividade em função dos elevados níveis de ocupação das linhas de produção e a variação do valor justo do ativo biológico. No acumulado, o Lucro Bruto foi de R\$ 567,8 milhões, em 2020, contra R\$ 434,9 milhões, em 2019, variação de 30,6%.

Despesas Operacionais Recorrentes

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Gerais e Administrativas	(18,6)	(19,0)	-2,0%	(66,8)	(66,9)	-0,1%
Vendas	(74,5)	(55,6)	34,0%	(254,9)	(207,5)	22,8%
Total de Despesas Operacionais	(93,1)	(74,5)	24,9%	(321,7)	(274,4)	17,3%
% da Receita Líquida	17,6%	18,8%	-1,2 p.p.	17,9%	18,0%	-0,1 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	0,4	1,8	-75,6%	1,7	5,6	-69,6%

As despesas operacionais, no 4T20, representaram 17,6% da Receita Líquida, retração de 1,2 pp. As despesas Gerais e Administrativas permaneceram nominalmente estáveis, já as com vendas tiveram forte alta, resultado do próprio crescimento do faturamento e também do crescimento da participação sobre o faturamento total das vendas para o Mercado Externo e para a Construção Civil, que tem despesas variáveis com vendas maiores que os demais segmentos. Em 2020, as despesas com vendas representaram 17,9% da ROL, estável, em relação a 2019.

EBITDA e Margem EBITDA Recorrentes

Como consequência do exposto, o EBITDA Recorrente somou R\$ 110,6 milhões, crescimento de 44,3% em relação ao alcançado no 4T19. A Margem EBITDA Recorrente, no 4T20, atingiu 20,9%, elevação de 1,6 pp quando comparado ao obtido em igual período do ano anterior. No acumulado de 2020, o EBITDA Recorrente atingiu R\$ 359,4 milhões, aumento de 24,1% em relação a 2019, e de 1 pp na Margem EBITDA Recorrente.

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) (R\$ MM)	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	38,1	20,2	88,4%	144,2	65,6	119,6%
IR e CS	28,5	11,2	153,8%	98,0	29,7	230,3%
Resultado Financeiro Líquido	(65,9)	8,1	-913,7%	(47,8)	37,3	-228,1%
LAJIR	0,7	39,5	-98,2%	194,3	132,7	46,5%
Depreciação e Amortização	47,7	33,9	40,7%	143,4	133,9	7,1%
LAJIDA (EBITDA) inst. CVM 527/12	48,4	73,4	-34,1%	337,8	266,6	26,7%
Margem EBITDA	9,2%	18,5%	-9,3 p.p.	18,8%	17,5%	1,3 p.p.
Ajustes não Caixa						
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(5,5)	(1,2)	367,3%	(31,7)	(10,4)	205,7%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	42,9	72,3	-40,6%	306,1	256,2	19,5%
Eventos não recorrentes operacional	67,7	4,4	1445,3%	53,3	33,4	59,7%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	110,6	76,6	44,3%	359,4	289,6	24,1%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	20,9%	19,3%	1,6 p.p.	20,0%	19,0%	1 p.p.

Lucro Líquido Recorrente

O Lucro Líquido Recorrente, no 4T20, retirando o efeito dos gastos não recorrentes, líquido do efeito do IR, totalizou R\$ 41,5 milhões.

No 4T20, os Gastos não Recorrentes registram: R\$ (5,1) milhões de despesas, sendo: R\$ (6,1) milhões, de processos e rescisões trabalhistas; R\$ (88,0) milhões de Parcelamento, que está sendo discutido faz 10 anos e, nesse período, houve mudança de jurisprudência e foi decidido provisionar; R\$ 62,5 milhões, de crédito tributário, relativo ao reconhecimento da exclusão do ICMS líquido de honorários; R\$ 30,1 milhões, de correção do empréstimo compulsório Eletrobrás líquido de honorários; e R\$ (3,6) milhões, outros. Em 2020, o total de R\$ 74,8 Milhões, inclui: R\$ (4,9) milhões, relativo ao aumento da provisão para a elevação de créditos de liquidação duvidosa; R\$ 177,6 milhões, relativo ao trânsito em julgado das ações referentes a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de honorários, sendo que R\$ 102 milhões foram contabilizados no resultado financeiro; R\$ 30,1 milhões, correção do empréstimo compulsório Eletrobrás líquido de honorários; R\$ (103,9) milhões, relativo ao parcelamento; R\$ (20,5) milhões, de processos e rescisões trabalhistas; e R\$ (3,6) milhões, outros.

Dívida

A dívida líquida da Companhia, ao final do 2020, somou R\$ 420,9 milhões e representava 1,2 x o EBITDA recorrente anualizado.

Endividamento (R\$ MM)	2020	9M20	Var. (%)	2019	Var. (%)
Dívida de Curto Prazo	274,5	320,6	-14,4%	240,2	14,3%
Dívida de Longo Prazo	231,7	199,1	16,3%	193,0	20,0%
Dívida Bruta	506,2	519,7	-2,6%	433,2	16,9%
Disponibilidades	85,2	79,4	7,4%	18,5	361,7%
Dívida Líquida	420,9	440,3	-4,4%	414,7	1,5%
% Dívida de curto prazo	54%	62%	-8 p.p.	55%	-1 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente	1,2	1,4	-14,1%	1,5	-21,1%

Investimentos

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 32,2 milhões, no 4T20, e R\$ 153,4 milhões em 2020, destinados à manutenção das atividades industriais e florestais da Companhia, além de dois investimentos estratégicos, que compreenderam a aquisição do platô de utilidades e pátio de madeira pertencentes a Duratex para a unidade de Fibras e uma nova prensa de BP para a unidade de MDP, ambas em Botucatu. Para 2021, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 175,9 milhões, o que representa um crescimento de 14,7%, em relação a 2020, justificados por um aumento importante no volume de implantação de novas florestas.

Sustentabilidade

A sustentabilidade florestal da Eucatex é garantida por 52,1 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001, em 2000. Possui certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*, que atesta o manejo de suas florestas de acordo com rigorosos padrões socioambientais e econômicos.

A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. A utilização de equipamentos de última geração permite que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros de distância da unidade de Salto/SP seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade total de processamento é de 240 mil ton./ano o equivalente a, aproximadamente, 2 milhões de árvores, 470 mil m³ de madeira em

pé ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de sete anos, em terras e plantio, seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto “custo”, o processo de reciclagem de madeira evita que o material seja destinado a aterros sanitários das cidades.

Mercado de Capitais

As ações PN da Eucatex, listadas na B3 com código EUCA4, encerraram 2020 cotadas a R\$ 7,12. O valor de mercado da Companhia ao final do período era de R\$ 659,4 milhões, cerca de 45% do valor patrimonial.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	25	13	7.080	8.031
Títulos e valores mobiliários	7	253	259	78.169	10.435
Contas a receber de clientes	8	-	-	428.660	344.031
Estoques	9	-	-	277.621	261.710
Impostos a recuperar	10	108.600	2.252	126.373	44.851
Despesas antecipadas	-	1.217	1.177	13.277	13.550
Outros créditos	12	7.492	3.557	2.970	2.571
		117.587	7.258	934.150	685.179
Não circulante					
Contas a receber de clientes	8	-	-	25.404	24.741
Partes relacionadas	15	137.952	238.950	-	-
Impostos a recuperar	10	84.629	-	87.498	1.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	9.674	10.441	63.863	67.386
Ativos destinados a venda	-	-	-	173	207
Propriedade para investimento	13	-	-	25.565	25.554
Depósitos judiciais	-	954	959	5.386	7.650
Outros créditos	12	48.099	-	50.909	11.128
		281.308	250.350	258.798	138.329
Investimentos	14	1.506.983	1.311.026	-	-
Ativos biológicos	16	-	-	487.017	433.844
Imobilizado	17	881	881	1.038.297	1.027.723
Intangível	18	-	-	15.987	13.928
		1.507.864	1.311.907	1.541.301	1.475.495
		1.789.172	1.562.257	1.800.099	1.613.824
Total do ativo		1.906.759	1.569.515	2.734.249	2.299.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	20	37	-	171.457	165.534
Empréstimos e financiamentos	19	35.182	26.741	274.516	240.166
Obrigações trabalhistas	21	-	-	37.179	29.872
Obrigações tributárias	22	45.563	1.965	70.894	18.147
Partes relacionadas	15	94.200	87.759	4.237	-
Tributos parcelados	23	23.163	3.442	32.001	8.127
Adiantamento de clientes		51	49	26.989	17.957
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27	45.721	39.238	68.099	72.769
Provisão para perdas com investimentos	14	7.021	6.362	-	-
Contas a pagar	24	24.827	-	58.741	27.656
Passivos de arrendamentos	17.1	-	-	23.748	18.317
		275.765	165.556	767.861	598.545
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	87.441	67.946	231.666	192.988
Tributos parcelados	23	59.874	6.891	76.631	29.046
Imposto de renda e contribuição social/diferido	26	2.387	2.387	122.428	113.624
Provisão para demandas judiciais	25	-	-	17.957	17.957
Partes relacionadas	15	-	-	6.000	-
Passivos de arrendamentos	17.1	-	-	30.483	20.167
		149.702	77.224	485.165	373.782
Patrimônio líquido					
Capital social	27	851.941	488.183	851.941	488.183
Reservas de reavaliação	27	182.658	182.658	182.658	182.658
Reservas de lucros e reserva de ativo biológico	27	352.473	569.330	352.473	569.330
Ajuste de avaliação patrimonial	27	89.781	89.781	89.781	89.781
Outros resultados abrangentes	27	7.386	(270)	7.386	(270)
Ações em tesouraria	27	(2.947)	(2.947)	(2.947)	(2.947)
Lucros acumulados	27	-	-	-	-
		1.481.292	1.326.735	1.481.292	1.326.735
Participação de não controladores		-	-	(69)	(59)
Total do patrimônio líquido e participação dos não controladores		1.481.292	1.326.735	1.481.223	1.326.676
Total do passivo e patrimônio líquido		1.906.759	1.569.515	2.734.249	2.299.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita operacional líquida	31	-	-	1.797.590	1.525.780
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16	-	-	31.722	10.378
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	32	-	-	(1.263.980)	(1.108.109)
Lucro bruto		-	-	565.332	428.049
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas	32	-	-	(255.340)	(208.422)
Despesas gerais e administrativas	32	(3.148)	(948)	(62.276)	(60.891)
Honorários da administração	15	(843)	(549)	(6.745)	(6.651)
Resultado de equivalência patrimonial	14	115.873	65.004	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(22.455)	(173)	(46.615)	(19.405)
		89.427	63.334	(370.976)	(295.369)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		89.427	63.334	194.356	132.680
Receita Financeira	34	144.201	13.496	256.877	105.652
Despesa Financeira	34	(47.689)	(9.240)	(209.033)	(142.988)
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social		185.939	67.590	242.200	95.344
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	(40.997)	(1.907)	(85.972)	(24.687)
Diferido	26	(767)	-	(12.063)	(4.997)
		(41.764)	(1.907)	(98.035)	(29.684)
Lucro líquido do exercício		144.175	65.683	144.165	65.660
Atribuível a:					
Acionistas controladores		144.175	65.683	144.175	65.683
Não controladores		-	-	(10)	(23)
Lucro líquido do exercício		144.175	65.683	144.165	65.660
Lucro básico por ação no exercício - R\$		1,56	0,71	1,56	0,71
Valor patrimonial por ação no exercício - R\$		16,08	-	16,08	14,40

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Demonstrações do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício	144.175	65.683	144.165	65.660
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:				
Outros ajustes	1.026	-	1.026	-
Ajustes acumulados de conversão em controladas	7.656	(1.913)	7.656	(1.913)
Total resultado abrangente do exercício	152.857	63.770	152.847	63.747
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	152.857	63.770	152.857	63.770
Não controladores	-	-	(10)	(23)
	152.857	63.770	152.847	63.747

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Reserva de reavaliação		Reserva de lucros		Reserva para expansão e investimento	Reserva para Subvenção e investimento	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Controladoras	Controladas	Legal	Reserva especial de dividendos									
Saldos em 1º de janeiro de 2019	488.183	(2.947)	239	26.388	307.656	-	169.802	1.643	89.781	-	1.262.585	(36)	1.262.929
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.683	65.683	(23)	65.680
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(1.913)	-	(1.913)	(1.913)	(23)	(1.913)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.913)	-	65.683	63.770	(23)	63.747
Reserva legal	-	-	-	3.284	-	-	-	-	-	(3.284)	-	-	-
Reserva de ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	27.169	-	-	(27.169)	-	-	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	8.810	-	-	-	-	-	(8.810)	-	-	-
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	26.430	-	-	-	-	(26.430)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	488.183	(2.947)	239	29.673	334.086	-	196.761	(270)	89.781	-	1.326.735	(59)	1.326.676
Saldos em 1º de janeiro de 2020	488.183	(2.947)	239	29.673	334.086	-	196.761	(270)	89.781	(0)	1.326.735	(59)	1.326.676
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144.175	144.175	(10)	144.165
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.519	18.519	-	18.519
Subvenção para investimento	-	-	-	-	11.176	-	-	-	-	(11.176)	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	1.026	-	-	7.656	-	1,026	7,656	-	1,026
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	1,026	-	-	7,656	-	151,518	171,376	(10)	171,366
Reserva legal	-	-	-	7,208	-	-	-	-	-	(7,208)	-	-	-
Reserva de ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	12,553	-	-	(12,553)	-	-	-
Reserva de ativos contingentes	-	-	-	-	-	-	131,757	-	-	(131,757)	-	-	-
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	(16,819)	-	-	-	-	-	-	(16,819)	-	(16,819)
Constituição de reserva para expansão e investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação para adequação das reservas - Proposia AGO	-	-	-	8,009	24,027	-	(32,036)	-	-	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	363,758	-	-	(29,673)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	851,941	(2,947)	239	7,208	25,054	11,176	309,035	7,386	89,781	(0)	1,481,292	(69)	1,481,223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	144.175	65.683	144.165	65.660
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	81.388	71.296
Exaustão de ativos biológicos	-	-	62.047	62.631
Valor residual de imobilizado alienado	-	-	1.808	3.002
Valor da baixa de investimentos	-	-	23	79
Variação valor justo dos ativos biológicos	-	-	(31.722)	(10.378)
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	27.936	5.357	47.284	21.314
Imposto de renda e contribuição social	40.997	1.907	85.972	24.687
Provisão ganhos tributários	(166.078)	-	(175.002)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(115.873)	(65.004)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	767	-	12.063	4.997
Outras provisões	107.351	(4.744)	129.003	(400)
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	6	(48)	(67.735)	8.002
Contas a receber de clientes	-	-	(87.405)	(36.022)
Créditos com partes relacionadas	107.438	15.655	-	-
Estoques	-	-	(15.911)	(10.476)
Impostos a recuperar	(72)	(374)	32.472	(5.507)
Despesas antecipadas	(41)	(1.129)	272	(6.304)
Depósitos judiciais	5	(35)	2.264	(1.171)
Outros créditos	(52.034)	(2.845)	(40.179)	(1.198)
Fornecedores	37	-	5.923	(688)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.601	1.959	(39.999)	(29.685)
Tributos parcelados	(25.831)	(18.313)	(32.403)	986
Adiantamento de clientes	2	7	9.032	4.680
Contas a pagar	0	1.784	51.978	(11.947)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	71.386	(141)	175.338	153.558
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Redução de capital em controladas	-	129	-	125
Acréscimo de investimento	(79.556)	-	-	-
Acréscimo do imobilizado	-	-	(95.829)	(56.875)
Acréscimo do Ativo Biológico	-	-	(83.498)	(66.006)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(79.556)	129	(179.327)	(122.756)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(315.839)	(330.966)
Amortização de arrendamentos	-	-	(29.973)	-
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	-	341.583	299.147
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	10.237	-
Distribuição de dividendos/Juros sobre capital próprio	8.182	-	(2.970)	-
Caixa líquido aplicados nas (gerado pelas) atividades de financiamentos	8.182	-	3.038	(31.819)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	12	(11)	(951)	(1.017)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa	13	24	8.031	9.048
Saldo final em caixa e equivalentes de caixa	25	13	7.080	8.031
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	12	(11)	(951)	(1.017)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Eucatex S/A Indústria e Comércio e Sociedades Controladas

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	2.233.814	1.932.097
Outras receitas	-	-	2.124	2.077
Provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-	(1.107)	(1.550)
	-	-	2.234.831	1.932.624
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	-	-	(786.165)	(755.579)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	-	-	(934.966)	(592.359)
	-	-	(1.721.131)	(1.347.938)
Valor adicionado líquido produzido	-	-	513.700	584.686
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	-	(143.435)	(133.926)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	-	370.265	450.760
Resultado de equivalência patrimonial	115.873	65.004	-	-
Outras despesas e receitas e recuperações	(40.605)	14.537	119.059	26.608
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	144.201	13.496	256.877	105.652
	219.469	93.037	375.936	132.260
Valor adicionado total a distribuir	219.469	93.037	746.201	583.020
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	843	549	180.732	182.586
Benefícios	-	-	63.659	52.588
FGTS	-	-	10.924	10.935
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	26.762	17.565	55.679	53.500
Estaduais	-	-	79.477	72.937
Municipais	-	-	30	-
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	47.689	9.240	209.033	142.988
Aluguéis	-	-	2.502	1.803
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício	144.175	65.683	144.165	65.683
	219.469	93.037	746.201	583.020

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Eucatex S.A. Indústria e Comércio e Sociedades Controladas
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas “Companhia” é uma sociedade anônima de capital aberto com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo/SP.

As atividades das empresas da “Companhia” compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas e indiretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”). Desse total, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 425.928 ações preferenciais em tesouraria. A Companhia possui 5 (cinco) unidades industriais e 31,8 mil hectares de florestas plantadas em 91 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foi aprovada pela administração e Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2021.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e principais práticas contábeis adotadas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As

Demonstrações Contábeis Consolidadas estão identificadas como “Consolidado” e as Demonstrações Contábeis Individuais da Controladora estão identificadas como “Controladora”.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2.1. Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. Apesar dos impactos e da incerteza da duração da pandemia do coronavírus (COVID-19) a Administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.2. COVID-19 “Coronavírus”

O surgimento da COVID-19, classificada como pandemia pela OMS em março de 2020, trouxe uma crise sanitária de enormes proporções. A implantação de medidas como o isolamento social, o trabalho remoto, a educação a distância, o fechamento do comércio não essencial,

entre outras medidas, foram encarados de frente pela sociedade, que passou a viver um “novo normal”. Esse “novo normal” com o uso mais intenso da tecnologia, acelerou o desenvolvimento e utilização de ferramentas que encontravam alguma resistência cultural e permitiu a expansão do comércio eletrônico, das ferramentas de videoconferência, entre outros. As pessoas foram obrigadas a permanecer mais tempo em seus lares, houve para alguns a oportunidade de morar mais longe do local de trabalho, tudo isso tem contribuído para uma preocupação com o bem estar e o lar, o que gerado uma demanda por produtos de diversos setores, tais como materiais de construção, móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, decoração, entre outros.

Os governos de diversos países, incluindo o Brasil, criaram mecanismo de auxílio, para que as pessoas menos favorecidas, trabalhadores informais e as categorias que perderam sua fonte de renda devido a pandemia, tivessem como sobreviver durante esse período. No total, segundo informações divulgadas pelo governo federal, foram gastos R\$ 294,7 bilhões, que beneficiaram 68,2 milhões de pessoas ou 32,2% da população do país. Essa injeção de recursos permitiu que a demanda interna tivesse um incremento considerável, ampliando a demanda criada pelo fato das pessoas estarem buscando melhorar os seus lares.

Tudo isso amenizou os reflexos na economia real, na atividade industrial, na vida das pessoas.

Passou-se um ano, desde que a OMS classificou a COVID-19 como uma pandemia e atualmente o Brasil vive a pior fase, com o aumento do número de infectados e de mortes. A velocidade da vacinação no Brasil, por diversos motivos, tem deixado a desejar, assim, sem ter outras medidas para que o sistema de saúde não entre em colapso, as medidas de distanciamento social retornaram a partir do mês de março e de forma mais abrangente.

Do lado da Companhia, em todas as suas unidades foram adotadas medidas de segurança e não houve paralisação da produção devido aos casos de COVID-19. Em todas as localidades onde tem unidades fabris, apesar de não ter parado a produção, o índice de contaminação é menor que o das cidades onde elas estão localizadas.

No início da pandemia, em 2020, como medidas para equilíbrio dos resultados e diminuição dos impactos da quarentena durante a pandemia, a Companhia suspendeu os investimentos por 90 dias, concedeu férias para parte das unidades fabris, reduziu a jornada e salários das áreas administrativas e de unidades fabris, iniciou a produção de álcool gel para comercialização, aumentou suas exportações e negociou prazos com seus clientes fornecedores, outras divulgações na nota explicativa 36.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

Controladas

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (Nota 14).

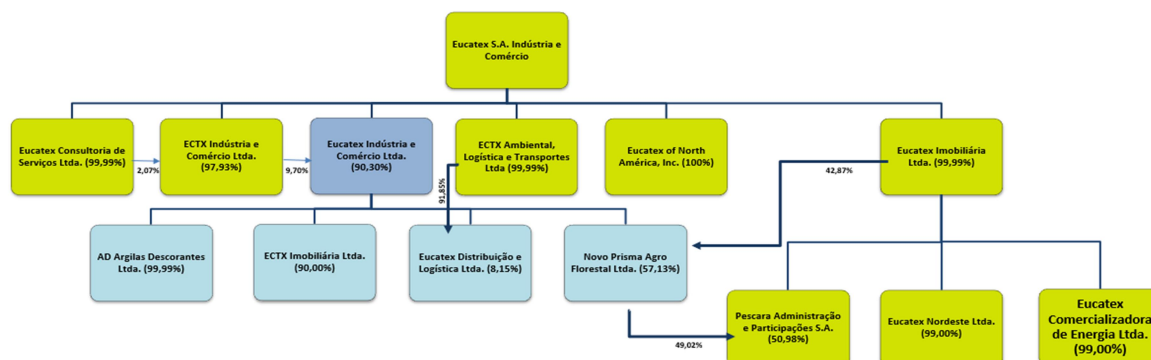
As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S.

A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

Descrição	% de participação em 31 de dezembro de 2020	% de participação em 31 de dezembro de 2019	Localização da sede	Atividade principal
Diretas				
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	90,30	90,30	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de painéis de madeira(chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como painéis de divisória, portas, pisos laminados, tintas imobiliárias, vernizes e lacas.
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	97,93	97,93	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de tintas imobiliárias.
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	99,99	99,99	Salto (SP)	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.
Eucatex Imobiliária Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária - venda de terrenos.
Eucatex North America, Inc. (**)	100,00	100,00	Alpharetta (GA) EUA	Comercialização de artefatos de madeira.
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda. (**)	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Indiretas				
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Atividade florestal - cultivo de florestas de eucalipto.
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares, madeira e produtos derivados.
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	99,00	99,00	São Paulo (SP)	Compra e venda de energia elétrica e outros agentes desse mercado.
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	99,00	99,00	Cabo de Santo Agostinho (PE)	Produção e comercialização de tintas, lacas, vernizes e corantes.
AD Argilas Descorantes Ltda.	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Comercialização de argilas, tintas, lacas, vernizes, solventes, pisos laminados de madeira e seus acessórios, divisórias, portas de madeira e chapas de madeira.
ECTX Imobiliária Ltda. (*)	-	90,00	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária de venda e compra de imóveis próprios de terceiros.
Pescara Administração e Participações S/A.	100,00	100,00	Botucatu (SP)	Fabricação de madeira laminada e chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada

(*) Empresa inativa no exercício de 2019, encerrada em janeiro de 2020.

(**) Em 31 de dezembro de 2020 essas empresas passaram a ser investidas diretas.



Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a administração da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas.

2.5. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, exceto pela *Eucatex of North America, Inc.* que é o dólar dos Estados Unidos da América (USD). O Real é a moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional da Companhia (Controladora), o Real (“R\$”) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados (ou, se não disponível, a taxa de câmbio do primeiro dia útil subsequente disponível). Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades da Companhia

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para negociação e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.8. Ativos financeiros

2.8.1. Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.8.2. Reconhecimento e Mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são

subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.8.4. Redução de valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros que representam o custo de capital da Companhia. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

principal;

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente os efeitos de taxa de câmbio, visto que suas receitas são geradas em reais (“R\$”) e a Companhia possui compromissos significativos em dólares norte-americanos (“USD”).

De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.10. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade as operações de curto prazo e estão apresentadas por valores próximos aos seus valores presentes, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis.

A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.11. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior àquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.12. Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas “Investimentos avaliados por equivalência patrimonial”, na controladora, e “Ágio”, no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de impairment anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.13. Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

(a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

(b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) A Administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (iv) Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (v) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.14. Propriedade para investimentos

A Companhia registra como propriedade para investimento, seguindo as premissas do CPC 28, que após o reconhecimento inicial, a Companhia determinou o método do custo, a qual refere-se à fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho Feliz", com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto que visa venda de lotes residenciais e comerciais. (Nota 13).

2.15. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 17. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 27/IAS 16 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (Nota 17).

2.16. Impairment de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.17. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (Nota 16). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de

transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região. A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente.

2.18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.19. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estas contas, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.20. Tributos sobre o lucro

São calculados com base no resultado do período ou exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto pela proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados principalmente em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

2.21. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.22. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica “Despesas gerais e

administrativas”, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados;
- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.24. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A Receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Reconhecimento de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados aos produtos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva, pelo método do custo amortizado.

(c) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Empresas da Companhia:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 4% a 20%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia e sua controlada ECTX Ind. e Com. Ltda. obtiveram decisões com trânsito em julgado relativo a esse processo e tem o direito de realizar a apuração do PIS e COFINS excluindo o ICMS da base de cálculo.

A depender da modulação do STF sobre esse tema e na medida que forem adotados a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins, inclusive compensação de indêbitos, esse fato poderá gerar passivos contingentes. Exceto, para as controladas – Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., cujas alíquotas de PIS e COFINS destacamos:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Com relação a *Eucatex of North America Inc.* (“ENA”), situada em Alpharetta (GA) – EUA, a tributação ocorre em consonância com a legislação tributária local.

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.25. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.26. Lucro por ação – básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento contábil CPC 41 / IAS 33.

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.27. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos dos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos, sendo um total de 70 fazendas arrendadas em 31 de dezembro de 2020 e 48 fazendas em 31 de dezembro de 2019.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 17.

2.28. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Companhia. Conforme previsto no estatuto social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.29. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo,

uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

3. Normas contábeis, alterações e interpretações com vigência a partir de 01/01/2020:

Alteração da norma IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19: Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Deliberação CVM 859 de 07/07/2020 estabeleceu que as empresas no Brasil adotem esta alteração de norma para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020, desta forma, a Companhia já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020. A Companhia não teve impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB) – As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas:

Alteração das normas IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação

de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2: Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias, elaborados com a utilização das informações disponíveis na data.

Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

• **Valor justo do ativo biológico**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / NBC TG 29 (R2) / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade e cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

• **Recuperação de ativo imobilizado**

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

• **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

• **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

5.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Consolidado	Valor contábil Controladora		Valor justo Controladora		Valor contábil Consolidado		Valor justo Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	25	13	25	13	7.080	8.031	7.080	8.031
Títulos e valores mobiliários	253	259	253	259	78.169	10.435	78.169	10.435
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	454.064	368.772	454.064	368.772
Total	278	272	278	272	539.313	387.238	539.313	387.238
Passivos Financeiros	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante	122.623	94.687	143.866	110.168	506.182	433.154	525.728	448.634
Contas a pagar e fornecedores - circulante e não circulante	24.865	-	24.865	-	230.198	193.190	230.198	193.190
Total	147.488	94.687	168.731	110.168	736.380	626.344	755.926	641.824

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40(R1) / NBC TG 40(R2) / IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. A Companhia possui instrumentos financeiros de nível 1, 2 e 3.

O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

5.2 Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

A Companhia possui instrumentos financeiros de nível 1 e 2 e a mensuração do valor justo é derivado de outros insumos cotados incluídos no nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

31/12/2019	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	244	-	783	-
Aplicações financeiras	-	15	-	9.652
Total	244	15	783	9.652
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	26.741	-	240.166
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	67.946	-	192.988
Total	-	94.687	-	433.154

30/12/2020	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante				
Ações	227	-	804	-
Aplicações financeiras	-	26	-	77.365
Total	227	26	804	77.365
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	274.516
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	87.441	-	231.666
Total	-	87.441	-	506.182

5.3 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O CPC 40(R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação dispõe que as companhias devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos

de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e estão adequados e se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, para linhas de empréstimos e financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, que utiliza a variação do CDI. Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

O CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de Capital de Giro, Crédito Rural, CCE/Real, Pré-Pagamento de Exportação e Adiantamentos de Contrato de Câmbio – ACC e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações em CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos, não apresentam diferenças significativas para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cujo DI acumulado para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,75% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Consolidado	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira posição 31/12/2020	77.355	CDI	2,75%	2,06%	1,38%
			2.127	1.594	1.067
Consolidado	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira posição 31/12/2019	9.642	CDI	5,94%	4,46%	2,97%
			573	430	286

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas o qual a Companhia está exposta na data base de exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram definidos 03

cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2020, foi definido o cenário provável que impactaria os resultados futuros, e a partir deste calculadas as variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para ser liquidado a partir de 2020. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Consolidado		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Correção da TJLP				4,91%	5,57%	6,96%	6,96%	7,37%	8,36%
Financiamentos – Finame	TJLP	-	60	-	3	-	4	-	5
Varição cambial				10,00%	10,00%	12,50%	12,50%	15,00%	15,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	US\$/EURO	193.492	181.638	19.349	18.164	24.186	22.705	29.024	27.246
Alteração no CDI				2,75%	5,94%	3,44%	7,43%	4,13%	8,91%
Empréstimos e Financiamentos em reais	CDI	312.690	251.456	8.599	14.936	10.757	18.683	12.914	22.405

5.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo quando existentes, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

As operações de swap contratadas têm a finalidade de reduzir os efeitos do custo de captação já que trata-se de opções pelas quais os prêmios já foram pagos na data de desembolso das NCEs – Notas de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos na modalidade “Swap” fluxo de caixa a termo, correspondente aos contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil no montante principal de R\$ 18,4 milhões, sendo o valor justo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.225.

Valor da operação (Nocional)	Posição Companhia	Posição Banco	Vencimento	Valor Justo em 31/12/2020
R\$ 4.474	CDI + 3,20% a.a.	Var. Dólar + 4,50% a.a.	19/08/2021	520
R\$ 14.000	CDI + 2,45% a.a.	Var. Dólar + 5,250% a.a.	06/03/2023	(1.745)
18.474			Resultado	(1.225)

5.5 Fatores de risco financeiro

A Companhia considerando suas controladas diretas e indiretas estão expostos a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

A Administração da Companhia e suas controladas dispõe de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas, considerando que não são realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Em decorrência da atual condição de mercado, especialmente pela pandemia provocada pela Covid-19, o real brasileiro tem experimentado desvalorização em relação à cotação de outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2020, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$ 5,1967 (R\$ 4,0307 em 31/12/2019), registrando uma desvalorização do real de aproximadamente 29%.

Está demonstrada a seguir a exposição consolidada, por moeda, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, fornecedores e das disponibilidades:

EM MILHARES DE REAIS		
Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos:		
Dólar norte-americano	(193.492)	(179.170)
Euro	-	(2.468)
Total (1)	(193.492)	(181.638)
Fornecedores a pagar:		
Dólar norte-americano	(711)	(1.252)
Euro	-	(553)
Total (2)	(711)	(1.805)
Caixa e equivalentes de caixa, conta a receber e instrumentos financeiros derivativos:		
Dólar norte-americano	61.246	40.084
Total (3)	61.246	40.084
Exposição líquida (1 + 2 -3):		
Dólar norte-americano	(132.957)	(140.338)
Euro	-	(3.021)
Total	(132.957)	(143.359)

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólida.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos ambientais

Atividade florestal/industrial

A divisão florestal declara em sua política ambiental, que assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente e na sua “Missão, Visão e Valores” o bom relacionamento com as comunidades do entorno.

Poluição do ar: controlada e verificada por meio de medições periódicas realizadas nas máquinas, equipamentos e geradores que desenvolvem as atividades florestais, cumprindo os níveis determinados por lei estadual.

Recursos hídricos:

Quantidade: por meio da obtenção da outorga de uso de água, é controlado o volume utilizado e descartado nos efluentes.

Qualidade: realizadas amostragens e análises periódicas no montante, efluentes e jusante, comparando com padrões de legislação federal e estadual, a captação de água para abastecimento das fábricas obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades. Cabe destacar que em decorrência de uma possível crise hídrica, a Companhia adotou medidas que visam mitigar os riscos da falta de abastecimento de água em suas dependências.

Conservação dos solos: Realizados monitoramentos mensais, e posterior tomada de ações para mitigar possíveis impactos negativos causados pelas atividades florestais.

Ativos florestais: por meio de rondas diárias e monitoramentos são realizados controles para proteção contra pragas, incêndios e plantas daninhas.

Biodiversidade: São mantidas matas naturais, entremeadas com plantios de eucalipto, em cumprimento a legislação federal nas formas de APP (Área de Preservação Permanente) e reserva legal.

Resíduos e rejeitos: O armazenamento, descarte e controle é realizado por meio de gestão de resíduos que permite dar destino correto à todos os resíduos gerados nas atividades florestais, para empresas habilitadas e licenciadas pelo órgão ambiental, seguindo as legislações estaduais e federais.

Comunidades do entorno: Abertura de canal de diálogo participativo com as comunidades diretamente afetadas pelas atividades florestais, três meses antes de iniciar os trabalhos para levantamento dos impactos positivos e negativos da atividade na comunidade e possíveis forma de mitigação, por meio de geração de emprego, educação ambiental, entre outros.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do

principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

31/12/2020	Curto Prazo	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Fornecedores	171.457	-	-	-	-	-	171.457
Empréstimos e financiamentos	274.516	124.053	55.149	17.488	17.488	17.488	506.182
Contas a pagar	58.741	-	-	-	-	-	58.741
Total	504.714	124.053	55.149	17.488	17.488	17.488	736.380

31/12/2019	Curto Prazo	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Fornecedores	165.534	-	-	-	-	-	165.534
Empréstimos e financiamentos	240.166	107.708	44.513	13.589	13.589	13.589	433.154
Contas a pagar	27.656	-	-	-	-	-	27.656
Total	433.356	107.708	44.513	13.589	13.589	13.589	626.344

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (Nota 19) deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (Nota 6 e 7) e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	122.623	94.687	506.182	433.154
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	(278)	(272)	(85.249)	(18.466)
Dívida líquida	122.345	94.415	420.933	414.688
Patrimônio líquido	1.481.292	1.326.735	1.481.223	1.326.676
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.603.637	1.421.150	1.902.156	1.741.364
Índice de alavancagem financeira	8%	7%	28%	31%

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Numerários	-	-	296	365
Bancos conta movimento	25	13	6.784	7.666
Total	25	13	7.080	8.031

Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos imediatamente disponíveis.

7. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ações	227	245	804	783
Título de capitalização	-	-	10	10
Aplicações em CDB	26	14	77.355	9.642
Total	253	259	78.169	10.435

Os registros efetuados nesta rubrica referem-se a títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco disponíveis para negociação, representado principalmente por certificados de depósitos bancários remunerados com base na variação do CDI.

Investimentos de curto prazo – CDB

Nesta rubrica estão registrados os títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, representado principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados com base na variação do rendimento médio de Depósito Interbancário (CDI) de 100%.

8. Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Cientes nacionais	419.826	376.911
AVP de clientes	(837)	(589)
Cientes exterior	59.501	40.084
Cessão de crédito (1)	(10.357)	(39.222)
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(14.069)	(8.412)
Total	454.064	368.772
Ativo circulante	428.660	344.031
Ativo não circulante	25.404	24.741
Total	454.064	368.772

(1) O montante de R\$ 10.357 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 39.222 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à cessão de crédito junto às instituições financeiras, nas

modalidades “sem” qualquer direito de regresso e coobrigação, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 31 de dezembro de 2020 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes nesta operação são de 0,52% a.m., registrados na rubrica “Despesas financeiras”.

Conforme informado na Nota 19 – empréstimos e financiamentos, a Companhia possui aproximadamente 50% do saldo de duplicatas a receber de clientes nacionais oferecidos como garantia na obtenção de empréstimos e financiamentos.

a) A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	435.058	366.281
Vencidos até 30 dias	16.500	2.178
Vencidos de 31 a 60 dias	3.918	426
Vencidos de 61 a 90 dias	1.951	88
Vencidos de 91 a 180 dias	1.866	281
Vencidos a mais de 180 dias	9.677	8.519
TOTAL	468.970	377.773

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito de acordo com o perfil analisado com base em informações financeiras e dados do SERASA e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para “perda esperada com créditos de liquidação duvidosa” foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Movimentação da PECLD – Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	(8.412)	(6.853)
Adições	(5.928)	(1.708)
Baixas	271	149
Saldo Final	(14.069)	(8.412)

A Companhia com base em suas avaliações com relação ao risco de crédito, fez provisão adicional de PECLD de R\$ 4,5 milhões, valor esse, que estima como uma perda esperada com créditos de liquidação duvidosa em decorrência dos impactos do COVID-19.

c) Movimentação do AVP – Ajuste a valor presente:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	(589)	(2.440)
Adições	(600)	(160)
Baixas	352	2.011
Saldo Final	(837)	(589)

9. Estoques

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	138.762	135.868
Produtos semi-acabados	29.699	30.275
Mercadoria para revenda	129	123
Produtos em elaboração	9.210	10.757
Matéria-prima	46.197	38.509
Almoxarifado e outros	53.624	46.178
Total	277.621	261.710

Provisões para perdas no grupo de estoques: São constituídas provisões para cobrir eventuais perdas com itens de baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não havia necessidade de reconhecer perda em estoques.

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

10. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) (1)	110	111	11.687	7.566
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	1.322	-	1.521	171
PIS/COFINS (3)	190.905	-	190.905	326
IRPJ/CSLL - Corrente (2)	892	2.141	4.617	5.945
Outros impostos	-	-	5.141	32.506
Total	193.229	2.252	213.871	46.514
Circulante	108.600	2.252	126.373	44.851
Não circulante	84.629	-	87.498	1.663
Total	193.229	2.252	213.871	46.514

(1) Representado, principalmente por saldo credor de ICMS corrente e pelos créditos relativos às aquisições de ativo imobilizado, com relação a créditos de ativo imobilizados são utilizados no setor produtivo, descontados a valor presente, os quais estão sendo utilizados à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente.

Prazo de realização do ICMS

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	5.074
2021	8.869	845
2022	1.336	845
2023	1.026	529
2024	456	273
Total	11.687	7.566

(2) Os valores de IRPJ/CSLL correspondem a valores recolhidos por estimativas e serão amortizados pela apuração anual do IRPJ e CSLL.

(3) Foi transitado em julgado a decisão acolhendo a pretensão da Companhia e de sua Controlada ECTX Indústria e Comércio Ltda. de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Os créditos foram levantados e habilitados. Na Eucatex S.A. Ind. e Com. os valores contabilizados foram R\$ 160.968 da Cofins e R\$ 29.937 do Pis e na ECTX Ind. e Com. Ltda o montante de R\$ 40.133 da COFINS e R\$ 8.925 do PIS. Com base nas referidas ações judiciais esses valores são indêbitos tributários a serem compensados com débitos futuros de impostos pela Companhia. O registro do indêbito tributário do PIS e da COFINS foi alocado no balanço patrimonial na rubrica de "Tributos a Recuperar" no ativo circulante no montante de R\$ 106.276 e no ativo não circulante R\$ 84.629, com a contrapartida no resultado da Companhia nas rubricas "Outras receitas (despesas) líquidas no montante de R\$ 92.166 e "Receita financeira" no montante de R\$ 98.738.

Os indêbitos tributários da Eucatex S.A. Indústria e Comércio compreenderam o período de 1992 a 2017, em relação a exclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e de 2003 a 2017 em relação a exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS, o trânsito em julgado da referida ação judicial ocorreu em 2019.

Em que pese a existência do trânsito em julgado e habilitado perante a Receita Federal do Brasil (RFB), ainda há o risco de ser aceita a modulação de efeitos da decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio,

produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de provisões passivas sobre este tema no futuro, atualizadas com multa e juros.

A compensação dos créditos fiscais de PIS e COFINS serão efetuadas por meio de procedimento administrativo, cuja autoridade fiscal tem o prazo legal para executar o seu direito de fiscalizar a companhia ou, caso não o faça, ocorrerá a homologação por prescrição.

O método escolhido para o cálculo desses créditos foi pela aplicação da taxa percentual do Pis e da Cofins sobre o ICMS destacado na nota fiscal. Após o trânsito em julgado, a Companhia não alterou a forma como o Pis e a Cofins é calculado na venda pois ainda aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal quanto aos embargos de declaração e potencial modulação sobre o mérito.

Os créditos foram habilitados e passaram a ser compensados a partir do exercício de 2021, com débitos de impostos federais.

A segregação entre o ativo circulante e não circulante foi efetuada com base na expectativa da sua compensação estimada pela Administração, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2020
2021	106.276
2022	84.629
Total	190.905

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$ 63.863 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 67.386 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a valores de imposto de renda e contribuição social diferido correspondente ao saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças

temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração com base em seu orçamento estima que os créditos fiscais sejam realizados em um prazo de três anos, conforme abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	9.674	1.281	26.746	8.268
2022	-	1.554	28.106	10.031
2023	-	1.690	9.011	10.906
2024	-	1.754	-	11.321
2025	-	1.912	-	12.342
2026	-	2.250	-	14.518
Total	9.674	10.441	63.863	67.386

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2020 na controladora não havia prejuízo fiscal e no consolidado era de R\$ 149.741 sobre o qual foi constituído o valor de 34%. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

12. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Precatórios a receber (1)	10.628	-	11.128	11.128
Adiantamento de folha de pagamento	-	-	1.256	592
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	520	-
Processo Eletrobrás (2)	37.471	-	39.781	-
Créditos diversos	7.492	3.557	1.194	1.979
Total	55.591	3.557	53.879	13.699
Circulante	7.492	3.557	2.970	2.571
Não circulante	48.099	-	50.909	11.128
Total	55.591	3.557	53.879	13.699

(1) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

(2) *A Companhia tomou conhecimento, através de seus advogados, sobre o êxito em processo judicial da Controladora Eucatex S/A Indústria e Comércio. e sua controlada ECTX Indústria e Comércio Ltda., ajuizado em face das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, cujo objeto é a obtenção da diferença de correção monetária, no período de 1987 a 1993. Os montantes contabilizados no resultado foram R\$ 25.378 no resultado financeiro e R\$ 3.550 na rubrica outros resultados operacionais, já deduzidos dos honorários advocatícios e efeitos da tributação do PIS/COFINS.*

13. Propriedade para investimento

O saldo de R\$ 25.565 em 31 de dezembro de 2020 (R\$25.554 em 31 de dezembro de 2019), o qual está registrado a custo, refere-se a uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada “Rancho Feliz”, com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com as empresas Cipasa Desenvolvimento Urbano S/A, Scopel Desenvolvimento Urbano S/A, Prata Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil Salto S/A todas do setor imobiliário, para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área total do projeto era de 2,0 milhões de m² e foi realizado aproximadamente 1,1 milhão de m². Já foram lançadas as fases I a III, sendo os principais empreendimentos os Condomínios Horizontais: residencial Central Parque e o Reserva Central Parque, além de lotes comerciais. A área remanescente, equivale a aproximadamente 930 mil m² e a área a ser comercializada, após realização da infraestrutura, será de aproximadamente 440 mil m², somando-se aos lotes remanescentes das fases anteriores restam líquidos 540 mil m² aproximadamente. O VGV (Valor Geral de Vendas) estimado será de R\$ 361 milhões e a Companhia e sua controlada terão 38% livre de ônus sobre esse total, cujo valor presente representará um montante entre R\$100 e R\$110 milhões.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de sete anos. A Companhia mantém os registros contábeis ao valor de custo na data base de 31 de dezembro de 2020.

14. Investimentos

Conforme demonstrado no organograma (Nota 2.3) a Companhia participa de diversas outras empresas as quais estão segregadas em função das suas atividades operacionais. Abaixo demonstramos as participações e os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

a) Informações relativas às controladas

Descrição	Participações diretas						Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos	
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio líquido	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Diretas										
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	85.895	97,93	103.990	62.070	187.626	60.786	35.452	183.746	130.948
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	Brasil	899	99,99	899	1.284	2.588	1.284	623	2.588	1.286
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	554.319	90,30	564.406	38.564	731.094	34.825	31.305	660.196	617.532
Eucatex Imobiliária Ltda.	Brasil	279.432	99,99	279.432	18.979	573.876	18.978	(2.376)	573.876	554.898
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.(*)	Brasil	100	99,99	100	3.634	40.659	-	-	41.068	-
Eucatex of North America, Inc.(*)	EUA	100	100,00	177	17.017	38.488	-	-	38.488	-
Subtotal							115.873	65.004	1.499.962	1.304.664
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)							-	-	-	6.362
Total							115.873	65.004	1.506.983	1.311.026

Descrição	Participações Indiretas							
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro(prejuízo) em 31/12/2020	Lucro(prejuízo) em 31/12/2019	Patrimônio líquido em 31/12/2020	Patrimônio líquido em 31/12/2019
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	17.017	6.893	38.488	16.709
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	Brasil	25.045	100,00	25.045	1.970	2.918	36.925	34.955
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	Brasil	100	100,00	100	3.634	5.043	40.659	37.026
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	Brasil	265.635	57,13	265.635	6.519	(13.669)	471.342	464.823
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Brasil	100	99,00	100	(406)	(299)	16	422
Eucatex Nordeste Ind e Com Ltda.	Brasil	100	99,00	100	(666)	(1.802)	(7.057)	(6.391)
AD Argilas Descorantes Ltda.	Brasil	5.223	99,99	5.223	-	-	(35)	(35)
ECTX Imobiliária Ltda.	Brasil	1	90,00	-	-	-	-	1
Pescara Administração e Participações S/A.	Brasil	47.419	100,00	47.418	3.881	(1.231)	50.069	46.188

b) Movimentação dos investimentos na controladora:

Diretas	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Saldo em 31/12/2019
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	95.679	35.452	(183)	130.948
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	667	623	(4)	1.286
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	587.953	31.305	(1.726)	617.532
Eucatex Imobiliária Ltda.	557.274	(2.376)	-	554.898
	1.241.573	65.004	(1.913)	1.304.664
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)	4.578	-	-	6.362
Total	1.246.151	65.004	(1.913)	1.311.026

Diretas	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Variação cambial e outros ajustes	Saldo em 31/12/2020
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	130.948	60.786	(8.814)	182.920
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	1.286	1.284	-	2.570
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	617.532	34.825	8.683	661.040
Eucatex Imobiliária Ltda.	554.898	18.978	-	573.876
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.(*)	-	-	41.068	41.068
Eucatex of North America, Inc.(*)	-	-	38.488	38.488
	1.304.664	115.873	79.425	1.499.962
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)	6.362	-	-	7.021
Total	1.311.026	115.873	79.425	1.506.983

(*) Em 31 de dezembro de 2020 essas empresas passaram a ser investidas diretas

15. Partes relacionadas

a) Transações com sociedades relacionadas

Descrição	Controladora			
	Contratos de partes relacionadas – ativos		Contratos de partes relacionadas – passivos	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Eucatex S.A.	-	-	-	36,00
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	-	1.696	-	-
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	3	-	-	309
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	3.352	3.352	-	-
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	30	46	1.899	1.817
Eucatex Ambiental, Logística e Transportes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	-	38	38
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	134.567	233.856	92.263	85.559
Pescara Administração e Participação S/A	-	-	-	-
Total	137.952	238.950	94.200	87.759
Circulante	-	-	94.200	87.759
Não circulante	137.952	238.950	-	-
Total	137.952	238.950	94.200	87.759

Descrição	Consolidado			
	Receitas - juros de partes relacionadas		Despesas - juros de partes relacionadas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	1.684	10.230	25	-
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	-	-	-	-
<i>Eucatex of North America Inc.</i>	-	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	2.476	2.060	57	93
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	7.181	4.036	453	270
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	438	209	153	650
Ecat Ambiental Logística e Transportes Ltda.	-	1	283	321
Eucatex Imobiliária Ltda.	57	93	396	437
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	25	32	858	1.330
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	185	305
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	1.734	2.868	10.478	15.691
Pescara Administração e Participação S/A	-	44	793	476
Total	13.595	19.573	13.681	19.573

Descrição	Consolidado			
	Compras matérias-primas e insumos		Receitas de vendas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	-	2	-	-
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	-	-	-	-
Eucatex of North America Inc.	246.624	-	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	33	24	60.941	61.701
ECTX Industria e Comercio Ltda.	86.213	85.932	123.192	102.146
AD Argilas Descorantes Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	202.076	107.541	70	206
Ectx Ambiental Logistica e Transportes Ltda.	9	16	8.601	10.519
Eucatex Comercial e Logística Ltda.	-	-	-	-
Eucatex Imobiliária Ltda.	9.408	-	9.408	-
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	10.115	7.161	36	-
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	3.452	1.869	21.573	21.597
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	83.515	108.409	406.692	104.236
Pescara Administração e Participação S/A	-	-	10.932	10.549
Total	641.445	310.954	641.445	310.954

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para *Eucatex of North America Inc.* e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Distribuição e Logística Ltda. Já em relação às compras de insumos a Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. é fornecedora de madeira em pé para as controladas Eucatex Indústria e Comércio Ltda. e ECTX Indústria e Comércio Ltda.

Transações com outras partes relacionadas – não consolidadas

a) Contas a pagar

A operação com a “Ideias Consultoria Ltda.” referem-se a serviços prestados no suporte a gestão dos negócios da Companhia.

Descrição das partes relacionadas	Contas a Pagar 31/12/2020	Total Pago 31/12/2020
Ideias Consultoria Ltda.	20	240
Total	20	240

b) Empréstimo

Companhia, por meio da investida ECTX Indústria e Comércio Ltda. efetuou contrato de empréstimo com a parte relacionada Brascorp Participações Ltda. no montante de R\$ 12.000 mil, conforme divulgado ao mercado através do Comunicado Sobre Transações Entre Partes Relacionadas em 29 de maio de 2020.

O contrato prevê a liquidação em 37 parcelas mensais de R\$ 350 mil, com vencimento em 31 de julho de 2023, os valores a serem pagos serão atualizados com base na CDI + 4% a.a.

Descrição das partes relacionadas	31/12/2020	Total Pago 31/12/2020
Brascorp Participações Ltda.	10.237	2.100
Total	10.237	2.100
Circulante	4.237	-
Não circulante	6.000	-
Total	10.237	-

c) Honorários da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi aprovado o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$ 6.745 (R\$ 6.651 em 31 de dezembro de 2019). Não há benefícios adicionais para os membros da Administração.

Descrição				
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Honorários do Conselho de Administração e Fiscal	(843)	(549)	(843)	(66)
Honorários da Diretoria Estatutária	-	-	(5.902)	(6.585)
	(843)	(549)	(6.745)	(6.651)

16. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas de eucalipto em formação que são utilizadas como matéria-prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes.

Em 31 de dezembro de 2020, da Companhia possuía através das suas controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. aproximadamente 31,8 mil hectares em áreas de efetivo plantio (29 mil hectares em 31 de dezembro de 2019), as quais são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

Devido à dificuldade em identificar a existência de um mercado ativo ou mercado relevante para o ativo biológico analisado, a Companhia optou por mensurar o valor justo do ativo

biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado. Devido a tal mensuração do valor justo do ativo biológico, o mesmo é considerado como nível 3 na hierarquia do valor justo.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de desconto: taxa correspondente ao custo ponderado de capital da companhia real, utilizada para trazer os fluxos de caixa projetados a valores presentes nas datas de mensuração, foi de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento).
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia.
- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média. A produtividade poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revisadas ao final de cada exercício/período.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada e aprovada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2019	433.844	Saldo em 31/12/2018	420.091
Exaustão/cortes efetuados no período	(62.047)	Exaustão/cortes efetuados no período	(62.631)
Ganho na atualização do valor justo	31.722	Ganho na atualização do valor justo	10.378
Adições	83.498	Adições	66.006
Saldo em 31/12/2020	487.017	Saldo em 31/12/2019	433.844

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, destacam-se a variação do preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado.

17. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2019								
Saldo inicial	-	-	-	881	-	-	-	881
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2019	-	-	-	881	-	-	-	881
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	-	-	-	881	-	-	-	881
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2020	-	-	-	881	-	-	-	881

Consolidado	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2019	301.150	74.448	544.050	67.543	1.937	11.018	-	1.069	1.001.215
Arrendamentos - IFRS16	-	-	-	-	-	-	44.164	-	44.164
Aquisições	-	-	-	55.923	505	-	-	-	56.428
Variação cambial	-	-	-	149	-	-	-	-	149
Baixas	(2.226)	-	-	-	-	-	(776)	-	(3.002)
Depreciações	-	(5.260)	(52.471)	-	(242)	(3.200)	(10.058)	-	(71.231)
Transferências	-	1.021	38.347	(39.899)	34	497	-	-	-
Saldo contábil, líquido	298.924	70.209	529.926	83.716	2.234	8.315	33.330	1.069	1.027.723
Saldo final em 31/12/2019									
Custo	298.924	162.416	1.205.291	83.716	6.847	26.793	43.388	4.935	1.832.310
Depreciação acumulada	-	(92.207)	(675.365)	-	(4.613)	(18.478)	(10.058)	(3.866)	(804.587)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2019	298.924	70.209	529.926	83.716	2.234	8.315	33.330	1.069	1.027.723
Aquisições	-	-	-	69.474	-	413	25.793	-	95.680
Variação cambial	-	-	-	149	-	-	-	-	149
Baixas	-	-	-	-	(383)	(649)	(776)	-	(1.808)
Depreciações	-	(5.337)	(61.240)	-	(250)	(497)	(13.862)	-	(81.186)
Transferências	-	969	94.796	(98.218)	(128)	320	-	-	(2.261)
Custo	298.924	163.385	1.300.087	55.121	6.336	26.877	68.405	4.935	1.924.070
Depreciação acumulada	-	(97.544)	(736.605)	-	(4.863)	(18.975)	(23.920)	(3.866)	(885.773)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2020	298.924	65.841	563.482	55.121	1.473	7.902	44.485	1.069	1.038.297

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente às construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Apresentamos a seguir as taxas médias ponderadas anuais.

Taxas anuais de Depreciação	Taxa	
	31/12/2020	31/12/2019
Edifícios e Benfeitorias	3,05%	3,04%
Máquinas, Equipamentos e Instalações	4,15%	3,76%
Móveis e Utensílios	3,26%	3,24%
Veículos	8,55%	11,95%
Outros Ativos	5,64%	2,83%

17.1 Direito de Uso - Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16

Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia identificou os impactos da norma e adotou sem atualização das informações comparativas dos arrendamentos.

A nova norma fornece expedientes práticos, cuja, a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos:

- 1) Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicou o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- 2) Não separou componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- 3) Não registrou os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- 4) Não registrou contratos de baixo valor;

- 5) Excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- 6) Fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- 7) Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar).

Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. A Companhia tem reconhecido em 31 de dezembro de 2020 um ativo de direito de uso no montante de R\$ 44.484 (R\$ 33.330 em 31 de dezembro 2019) no consolidado, um passivo circulante de arrendamento de R\$ 20.848 (R\$ 18.317 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado e um passivo não-circulante de arrendamento de R\$ 33.383 (R\$ 20.167 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. A Companhia adotou esta norma em 1 de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

Ativos de direitos de uso:

	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	14.417	4.099	19.222	1.500	39.238
Adições (baixas)	10.493	(635)	(4.888)	8.571	13.541
Depreciação no exercício (Resultado)	-	(1.950)	(6.764)	(1.244)	(9.958)
Depreciação no exercício (*)	(9.491)	-	-	-	(9.491)
Saldo em 31/12/2019	15.419	1.514	7.570	8.827	33.330

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico

	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01/01/2020	15.419	1.514	7.570	8.827	33.330
Adições (baixas)	22.170	2.182	9.087	963	34.402
Depreciação no exercício (Resultado)	-	(1.944)	(9.121)	(2.797)	(13.862)
Depreciação no exercício (*)	(9.386)	-	-	-	(9.386)
Saldo em 31/12/2020	28.203	1.752	7.536	6.993	44.484

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico

Passivos de arrendamentos:

	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	14.417	4.099	19.222	1.500	39.238
Adições (baixas)	8.697	(358)	(3.391)	8.740	13.688
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	212	4.062	1.724	5.998
Juros apropriados no exercício (*)	5.803	-	-	-	5.803
Baixa por pagamento	(11.539)	(2.116)	(10.091)	(2.497)	(26.243)
Saldo em 31/12/2019	17.378	1.837	9.802	9.467	38.484

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico

	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01/01/2020	17.378	1.837	9.802	9.467	38.484
Adições (baixas)	19.844	1.810	10.292	531	32.477
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	1.098	598	863	2.559
Juros apropriados no exercício (*)	10.684	-	-	-	10.684
Baixa por pagamento	(14.523)	(2.450)	(10.460)	(2.540)	(29.973)
Saldo em 31/12/2020	33.383	2.295	10.232	8.321	54.231

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico

O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019 e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2020, estão brutos de PIS/COFINS, que correspondem o montante de R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2020.

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18 de dezembro 2019, o passivo de arrendamento de direito de uso também foi mensurado considerando inflação futura projetada, apresentando a seguinte composição:

Descrição	Fluxo Inflacionado				Total
	31/12/2020	2021	2022	Demais anos	
Terrenos	66.547	9.507	9.507	47.533	66.547
Equipamentos	10.704	5.352	5.352	-	10.704
Veículos	11.868	5.934	5.934	-	11.868
Edifícios	2.627	1.314	1.313	-	2.627
Outros	887	444	443	-	887
Total Geral	92.633	22.551	22.549	47.533	92.633

A administração considerou como taxa incremental 7,17% para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP),

18. Intangível

Descrição	CONSOLIDADO			
	Software	Marcas e Patentes	Ágio	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1	219	13.475	13.695
Ágio - business combination	298	-	-	298
Amortização	-	(65)	-	(65)
Saldo contábil, líquido	299	154	13.475	13.928
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Custo	959	948	13.475	15.382
Amortização acumulada	(660)	(794)	-	(1.454)
Saldo contábil, líquido	299	154	13.475	13.928
Saldos em 1º de janeiro de 2020	299	154	13.475	13.928
Transferências	2.261	-	-	2.261
Amortização	-	(202)	-	(202)
Saldo contábil, líquido	2.560	(48)	13.475	15.987
Saldos em 31 de Dezembro de 2020				
Custo	3.220	948	13.475	17.643
Amortização acumulada	(660)	(996)	-	(1.656)
Saldo contábil, líquido	2.560	(48)	13.475	15.987
Taxa média de amortização	20%	5%		

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas “Investimentos em controladas avaliados por equivalência patrimonial” na controladora porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada; e, “Ágio”, no consolidado por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de *impairment*. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de *impairment*, em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas perdas para as

unidades geradoras de caixa (UGC) para o ágio registrado referente à operação da aquisição da Companhia Pesca Administração e Participações SA. no montante de R\$ 13.475.

A Companhia utilizou o método do valor em uso para realização do teste de *impairment*. Para todas as UGCs foram considerados 5 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para o início de projeção dos fluxos de caixa (2018). Adicionalmente, a taxa utilizada para desconto foi de 3,92%.

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante									
Capital de giro	Real	Dez/2021	100% CDI + 3,24% a.a	Única	Duplicatas	-	-	55.346	9.960
Instrumentos financeiros derivativos	Dolar	Dez/2021	5,25% a.a + v.c. dolar	Única	-	-	-	521	-
Capital de giro- <i>Forfaiting</i> (Risco Sacado)	Real	Dez/2021	0,78% a.m	Única	-	-	-	7.201	16.488
CDCA (2)	Real	Dez/2021	100% CDI + 2,86% a.a	Anual	Duplicatas + alienação fiduciária de florestas e hipoteca de fazendas	-	-	12.417	12.531
Crédito Rural	Real	Dez/2021	9,62% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	-	6.439
Finame	Real	Dez/2021	TJLP 3,0 % a.a à 9,0% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	-	60
CCE/ real	Real	Dez/2021	100% CDI + 3,28% a.a	Mensal	Duplicatas	-	-	93.501	83.833
ACC/Pré-pagamento	Dolar/EUR	Dez/2021	2,98% a.a à 6,5% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	-	-	70.348	84.114
Pré-pagamento exportação (1)	Dolar	Dez/2021	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota promissória	35.182	26.741	35.182	26.741
Total circulante						35.182	26.741	274.516	240.166
Não Circulante									
Capital de giro	Real	Jul/2022	100% CDI + 3,24% a.a	Única	Duplicatas	-	-	76.765	22.166
CDCA (2)	Real	Nov/2022	100% CDI + 2,86% a.a	Anual	Duplicatas + alienação fiduciária de florestas e hipoteca de fazendas	-	-	13.980	20.369
Crédito Rural	Real	Ago/2022	9,62% a.a	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	-	5.021
CCE/ real	Real	Mar/2023	100% CDI + 3,28% a.a	Mensal	Duplicatas	-	-	53.480	74.649
Pré-pagamento exportação (1)	Dolar	Dez/2026	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral	Nota promissória	87.441	67.946	87.441	67.946
ACC/Pré-pagamento	Dolar	Dez/2021	5,10% a.a à 6,5% a.a + v.c.	Mensal	Duplicatas	-	-	-	2.837
Total não circulante						87.441	67.946	231.666	192.988
Total geral						122.623	94.687	506.182	433.154

(1) Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao DB Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19 de setembro de 2007, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na assembleia geral de credores, que aprovou o plano de recuperação judicial.

No 3T20 a Companhia foi notificada pela KILDARE FINANCE LIMITED pessoa jurídica constituída de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas, atualmente em liquidação, por meio de seus Liquidantes nomeados pela Suprema Corte do Caribe Oriental. A KILDARE alega ter recebido a cessão da dívida e iniciou um processo de execução contra a Companhia (Nota 26).

A Execução foi impugnada e foi ofertada garantia para a dívida. Em resumo, podemos dizer que os principais pontos da defesa da Companhia são:

Illegitimidade:

A Kildare não possui legitimidade para fazer a cobrança. O instrumento de participação por ela apresentado indica que a cessão só poderia ser feita após anuência do devedor, o que não ocorreu.

Inexigibilidade por ausência de liquidez do título:

Para se chegar ao valor executado, foi necessário a elaboração de cálculos complexos. Ademais, é necessário a consideração de fatos e definição de critérios jurídicos, o que indica a ausência de liquidez do título.

O título não é líquido e não poderia ser objeto de execução.

(2) Em julho de 2018 a Companhia realizou operação de captação no montante de R\$ 50 milhões na modalidade de Capital de Giro (CDCA) com taxa de 100% do CDI + 2,86% a.a., com o objetivo de melhorar o seu perfil de dívida, que possibilitará reduzir em 12p.p. o endividamento de curto prazo.

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos terrenos, máquinas e equipamentos. Além desses a Companhia ofereceu como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais e fazendas de propriedade da Eucatex Imobiliária Ltda., oferecidas e aceitas como garantia as quais estão localizadas na região de Botucatu e Avaré (SP), que corresponde área de 1.283 hectares.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	107.708
2022	124.053	44.513
2023	55.149	13.589
2024	17.488	13.589
2025	17.488	13.589
2026	17.488	-
Total	231.666	192.988

Movimentação dos empréstimos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	94.687	89.209	433.154	443.537
Captações	-	-	341.583	299.147
Amortizações e pagamentos de juros	-	-	(315.839)	(330.966)
Juros e variação cambial e monetária	27.936	5.478	47.284	21.436
Saldo Final	122.623	94.687	506.182	433.154

20. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional	37	-	170.746	163.474
Moeda estrangeira	-	-	711	2.060
Total	37	-	171.457	165.534

21. Obrigações trabalhistas

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
PLR a pagar	12.262	6.464
INSS a recolher	4.139	3.867
FGTS a recolher	1.356	1.269
Provisão de férias e encargos	19.422	18.272
Total	37.179	29.872

22. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPI	-	-	2.204	1.744
PIS/COFINS	4.549	-	6.366	1.845
ICMS	-	-	3.524	4.197
ISS	-	-	120	159
IRPJ/CSLL	41.014	1.924	58.572	10.053
Outros	-	41	108	149
Total	45.563	1.965	70.894	18.147

23. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
REFIS IV (a)	82.264	9.560	107.859	36.400
Outros	773	773	773	773
Total	83.037	10.333	108.632	37.173
Passivo circulante	23.163	3.442	32.001	8.127
Passivo não circulante	59.874	6.891	76.631	29.046
Total	83.037	10.333	108.632	37.173

a) REFIS - Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento especial "REFIS IV" na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parcelados e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

A Receita Federal do Brasil realizou a consolidação do parcelamento da Controladora e suas controladas, entretanto a Companhia verificou que ocorreram divergências, entre o que foi indicado dentro do programa de parcelamento e o que a Receita consolidou. Essas divergências foram objeto de processos administrativos e judiciais que se alongam desde a data da Consolidação. Mesmo não concordando com os valores que estão sendo cobrados a Companhia não tem outra opção a não ser continuar realizando os pagamentos enquanto discute as divergências. Em dezembro de 2020, os assessores da Companhia revisitaram as ações que contestam o parcelamento e houve uma mudança de estimativa. Em síntese a análise dos mesmos concluiu que houve mudança de jurisprudência em um dos casos, além disso, outro ponto levantado é que houve uma mudança de cenário, ou seja, a dívida do parcelamento está sendo paga e, levando-se em conta as parcelas atuais, o mesmo será liquidado em um período pouco superior a 36 meses e nesse período eles não acreditam que os recursos serão julgados. Diante da mudança de estimativa, em função da jurisprudência e do cenário descrito, considerando o que diz o CPC 25, o saldo remanescente do parcelamento foi provisionado.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2019	9.560	36.400
Adições	98.535	103.863
Baixas	(25.831)	(32.404)
Saldo Final em 31 dezembro de 2020	82.264	107.859

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual do REFIS IV:

Cronograma de Desembolso REFIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	4.780	-	18.200
2021	22.380	956	28.980	3.640
2022	22.380	956	28.980	3.640
2023	22.380	956	28.980	3.640
2024 a 2029	15.124	1.912	20.919	7.280
Total	82.264	9.560	107.859	36.400

24. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica	-	-	8.450	7.311
Fretes a pagar	-	-	13.337	6.578
Comissões a pagar	-	-	6.797	5.219
Honorários advocatícios - Processo ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	15.272	-	15.272	-
Honorários advocatícios - Processo Eletrobrás	9.555	-	10.144	-
Outras	-	-	4.741	8.548
Total	24.827	-	58.741	27.656

25. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2020, encontra-se provisionado no Consolidado o montante de R\$ 17.957 (R\$17.957 em 31 de dezembro de 2019), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições federais	655	655
Provisões trabalhistas	8.229	8.229
Provisões cíveis e outras	9.073	9.073
Total da provisão para demandas judiciais	17.957	17.957

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes.

Os montantes dos processos classificados como possível em 31 de dezembro de 2020 são: tributário R\$ 278.691 (R\$ 261.846 em 31 de dezembro de 2019), previdenciários R\$ 7.023 (R\$ 7.028 em 31 de dezembro de 2020), cível R\$ 3.697 (R\$ 258 em 31 de dezembro de 2019) e trabalhistas R\$ 6.413 (R\$ 4.033 em 31 de dezembro de 2019).

Dentro dos processos cíveis, durante o exercício de 31 de dezembro de 2020, teve início um processo de execução de cobrança da dívida do DB Service Uruguay, no valor de US\$ 30.325 mil que convertido pela taxa de câmbio de R\$ 5,4264, da data da petição, monta R\$ 164.556 mil, o valor registrado na Contabilidade é de R\$ 122.623 mil. Nesse processo a Kildare Finance Limited (Exequente) alega ter recebido a cessão da dívida do DB Service Uruguay e está executando, ver detalhe nota 19.

26. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda., Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda., as quais foram optantes pelo lucro presumido e também quanto a *Eucatex of North America Inc*, (“ENA”) que é tributada com base na legislação tributária local.

a) **Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	46.251	46.251
Ajustes CPC's/IFRS - alteração da vida útil do imobilizado	-	-	73.790	64.986
Reavaliação de florestas	2.387	2.387	2.387	2.387
Total passivo não circulante	2.387	2.387	122.428	113.624

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

b) **Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	185.939	67.590	242.200	95.344
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(63.219)	(22.980)	(82.348)	(32.417)
Adições / Exclusões				
Equivalência patrimonial	39.397	22.101	-	-
Diferença depreciação fiscal x societária	-	-	9.874	10.132
Efeitos Tributários - Lucro Presumido de Controladas (1)	-	-	4.257	4.262
Outras adições e exclusões líquidas	(17.175)	(1.027)	(17.755)	(6.664)
Imposto de renda e contribuição social	(40.997)	(1.907)	(85.972)	(24.687)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(40.997)	(1.907)	(85.972)	(24.687)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(767)	-	(12.063)	(4.997)
Alíquota efetiva	-22%	-3%	-35%	-26%

(1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, uma vez que duas de suas controladas são optantes pelo lucro presumido.

27. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 851.941, dezembro de 2019 R\$ 488.183 mil, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Foi deliberado e aprovado por maioria na AGO/E de 31 de julho de 2020, o aumento de capital na Controladora Eucatex S/A Indústria e Comércio, mediante a capitalização da totalidade da Reserva Legal e da totalidade da Reserva de Lucros Estatutários para Investimentos e Capital de Giro, um aumento de R\$ 363.757.549,31 (trezentos e sessenta e três milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), elevando o capital social da Companhia para R\$ 851.940.928,07 (oitocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e vinte e oito reais e sete centavos), dividido em 92.619.256 (noventa e dois milhões, seiscentas e dezenove mil, duzentas e cinquenta e seis) ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, sendo: a) 31.257.700 (trinta e um milhões, duzentas e cinquenta e sete mil e setecentas) ações ordinárias, e, b) 61.361.556 (sessenta e um milhões, trezentas e sessenta e uma mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações preferenciais.”

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para expansão de investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembleia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

b.3 - Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

b.4 Reserva especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 16.819 foram destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

O montante da reserva especial foi zerado em dezembro de 2020 e transferido para conta de dividendos a pagar, uma vez que as exigências legais para o seu pagamento foram satisfeitas.

b.5 Subvenção para investimento

A parcela destinada a subvenção para investimento no montante de R\$ 11.176 mil, se refere à incentivos fiscais levantados de acordo com a Lei Complementar nº 160/17, a qual define que os incentivos fiscais do ICMS são configurados como subvenção para investimento, contanto que satisfeitos os requisitos previstos no art. 30 da Lei nº 12.973/14. A EUCATEX beneficia-se de redução da base de cálculo do ICMS, assentada no art. 56, do Anexo II, do RICMS-SP, que em resumo, reduz a base de cálculo do imposto incidente na saída interna efetuada pelo estabelecimento fabricante dos produtos, no caso da Eucatex o MDP, o MDF e a chapa de fibra, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7%, quando o normal seria 12%.

c. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

A Companhia não declarou ou distribuiu dividendos e/ou juros sobre capital próprio com base nos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A destinação do lucro, conforme demonstrado, teve efeito relevante da constituição da Reserva de Ativos Contingentes, que é deduzida do lucro e voltará a compor o mesmo na medida que os créditos tributários forem compensados via Perdcomp ou procedimentos equivalentes.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio e dividendos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 68.099, sendo R\$ 16.819 do exercício de 2019 referente a disponibilização para pagamento da Reserva Especial de dividendos, R\$ 1.108 do exercício de 2018, R\$ 5.022 do exercício de 2017, R\$ 2.694 do exercício 2016, R\$ 556 do exercício de 2015, R\$ 3.736 do exercício de 2014, R\$ 15.755 do exercício de 2013 e R\$ 22.409 do exercício de 2011.

A Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos concluíram que os dividendos dos exercícios de 2010 e 2012 no montante de R\$ 18.519, estavam prescritos e por esse motivo os mesmos foram estornados. Para os anos de 2011 e 2013 a conclusão e

que permanece a mesma posição divulgada através de comunicados ao mercado. Já para os demais anos, de 2014 a 2019, será elaborado um cronograma e o pagamento será realizado até o final do exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado abaixo, o lucro ajustado foi igual a zero, portanto não foram calculados os dividendos mínimos obrigatórios.

Base para os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma	2020	2019
Lucro líquido do exercício	144.175	65.683
Reserva legal	(7.208)	(3.284)
Dividendos e JCP prescritos	18.519	-
Reserva para subvenção de investimento	(11.176)	-
Constituição da reserva de contingente ativo	(131.757)	
Constituição da reserva de ativo biológico	(12.553)	4.877
Lucro líquido base para dividendos	-	67.276
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	16.819

d. Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.231.903 (cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderia recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações foi feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantinha 425.928 (483.034 em dezembro de 2019) de ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial, em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 7,21 por ação totalizando R\$ 3.070 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 8,30 por ação totalizando R\$ 4.009).

e. Lucro (Prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em

tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o exercício.

Lucro por ação	31/12/2020	31/12/2019
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	144.175	65.683
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.136.222	92.136.222
Lucro líquido por ação - básico (em reais)	R\$1,56480	R\$0,71289
Lucro líquido por ação - diluído (em reais)	R\$1,56480	R\$0,71289
Lucro básico por ações ordinárias (em reais)	R\$1,46781	R\$0,66870
Lucro básico por ações preferenciais (em reais)	R\$1,61461	R\$0,73558

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

28. Compromissos

A controlada Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. As formas de pagamento destes compromissos de arrendamentos são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou através de contratos de parceria rural mediante participação nos frutos no momento da colheita. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas ao longo dos exercícios de 2020 e 2019 corresponderam a um desembolso anual de R\$ 11.000. O vencimento do último contrato será em 2030, sendo que o prazo médio dos contratos é de 14 anos.

29. Benefícios a administradores e empregados

A Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

A Companhia tem uma política de conceder participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e em 31 de dezembro de 2020, o montante provisionado é de R\$ 12.262 (R\$ 6.464 em 31 de dezembro de 2019), Nota 21.

30. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração, os quais estão segmentados entre os produtos madeira e tintas.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

Descrição	Madeira e Outros		Tintas		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.394.091	1.222.378	403.499	303.402	1.797.590	1.525.780
Ativo Biológico	31.722	10.378	-	-	31.722	10.378
Custos dos produtos e dos serviços prestados	(951.902)	(882.381)	(312.078)	(225.728)	(1.263.980)	(1.108.109)
Lucro Bruto	473.911	350.375	91.421	77.674	565.332	428.049
	34,0%	28,7%	22,7%	25,6%	31,4%	28,1%

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Na elaboração das informações por segmento da Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

31. Receita operacional líquida

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada, para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas	2.118.503	1.833.410
Mercado interno	1.692.515	1.566.308
Mercado externo	451.789	287.684
Devoluções	(25.801)	(20.582)
Impostos e contribuições sobre vendas	(320.913)	(307.630)
Receita Líquida de vendas	1.797.590	1.525.780

32. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	-	-	(1.263.980)	(1.108.109)
Despesas com vendas	-	-	(255.340)	(208.422)
Despesas gerais e administrativas	(3.148)	(948)	(62.276)	(60.891)
	(3.148)	(948)	(1.581.596)	(1.377.423)
Matéria-prima consumida e outros custos e despesas	-	16	(989.020)	(821.661)
Despesas com pessoal e encargos	-	-	(232.031)	(240.637)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(181.349)	(138.082)
Depreciação e amortização	-	-	(91.033)	(80.437)
Serviços de terceiros	(2.747)	(763)	(69.575)	(73.430)
Propaganda e publicidade	(207)	(198)	(15.440)	(19.509)
Impostos e taxas	(194)	(3)	(3.148)	(3.666)
	(3.148)	(948)	(1.581.596)	(1.377.422)

33. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Processos e rescisões trabalhistas de representantes (1)	-	-	(17.049)	(10.343)
Parcelamento tributário (2)	(98.535)	-	(103.862)	-
Crédito tributário (Nota 10)	73.013	-	77.870	-
Processo Eletrobrás (Nota 12)	3.377	-	3.550	-
Outras despesas e receitas líquidas	(310)	(173)	(7.124)	(9.062)
Total	(22.455)	(173)	(46.615)	(19.405)

(1) O valor de R\$ 17.049, relativo a processos e rescisões trabalhistas, registra no ano de 2020, um acordo realizado na justiça trabalhista relativo à ação que questionava a inclusão do DSR (descanso semanal remunerado) no pagamento de horas extras.

(2) Parcelamento tributário – a Companhia registrou o valor complementar do parcelamento de lei 11941/09, relativo a impostos federais.

34. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS				
Receita com avp	1	11	6.492	6.491
Receita com derivativos	-	-	371	-
Receita com descontos concedidos, obtidos	-	-	505	178
Receita com juros	-	-	1.813	1.598
Receita com juros partes relacionadas	1.684	10.231	13.595	19.573
Receita com variação cambial	19.168	3.168	104.102	59.101
Atualização monetária processo Eletrobrás (Nota 12)	23.873	-	25.378	-
Atualização monetária de crédito tributário (Nota 10)	98.738	-	103.344	18.354
Outras Receitas	737	86	1.277	357
Total	144.201	13.496	256.877	105.652
DESPESAS				
Despesa com avp	(1)	(9)	(2.598)	(1.609)
Despesa com descontos concedidos, obtidos	-	-	(12.055)	(6.893)
Despesa com despesas bancárias	(449)	(354)	(6.461)	(6.766)
Despesa com juros	509	(1.948)	(27.954)	(50.454)
Despesas com juros partes relacionadas	(24)	-	(13.932)	(19.573)
Despesa com Juros de arrendamento	-	-	(3.740)	-
Despesa com variação cambial	(47.660)	(6.896)	(141.948)	(57.351)
Outras Despesas	(64)	(33)	(345)	(342)
Total	(47.689)	(9.240)	(209.033)	(142.988)
Total	96.512	4.256	47.844	(37.336)

35. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia e suas controladas estão estudando a renovação das suas apólices de seus seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, atualmente vencidas (Parque Fabril, Estoques), considerando a natureza e riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores em seguros.

Dada a natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais, a Administração da Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros, por outro lado a Administração da Companhia, optou pela adoção de políticas de proteção, das quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades operacionais e financeira da Companhia. Desta forma, a Administração entende que, sua política de proteção, de gerenciamento dos riscos e

procedimentos adotados relacionados às atividades florestais, são adequadas e mitigam os riscos, principalmente de eventual descontinuidade operacional da Companhia.

As premissas de riscos para seguros, bem como, as políticas de proteção adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não fazem parte do escopo dos auditores independentes.

36. COVID-19

A Companhia não tem medido esforços no sentido de buscar mitigar a disseminação do COVID19 entre os seus colaboradores, tendo criado o Comitê Coronavírus, objetivando intensificar diversas medidas de prevenção e acompanhamento intensivo de suas operações, a fim de garantir a saúde de seus colaboradores e terceiros, bem como a manutenção de suas operações.

Estão sendo enviadas tempestivamente informações relevantes nos canais de comunicação da Companhia, bem como sendo realizadas palestras nas diversas áreas da empresa, sem aglomeração e com a presença de médicos e profissionais de saúde, reforçando os protocolos de higiene, sempre alinhados com as novas orientações divulgadas pela OMS e/ou órgãos governamentais. Dentre as medidas que foram adotadas, estão as seguintes:

- Divulgação dos conceitos de distanciamento social e orientações para que o colaborador aplique no trabalho e em casa;
- Trabalho remoto (home office), além de antecipação de férias;
- Redução jornada de trabalho e salário no 2T20 em todas as fábricas e áreas administrativas e comerciais, onde predominantemente optou-se pela redução de 25% de acordo com a Medida Provisória 936/2020;
- Rolagem de duas parcelas de um empréstimo com vencimento em 2020 para pagamento em Maio/2020 e Agosto/20 totalizando R\$ 6.900, prorrogado para Agosto/22 e Novembro/22;
- Adiamento do pagamento de Impostos Federais PIS e COFINS no montante R\$7.967, Parcelamento Federal R\$ 6.476, Encargos Trabalhistas FGTS R\$2.991 e INSS R\$ 5.936, os recolhimentos serão feitos de acordo com as Portarias do Ministério da Economia 139/2020, 201/2020 e 245/2020, exceto pelo FGTS que a empresa optou pelo recolhimento integral no mês de julho de 2020. Os impostos adiados foram praticamente todos quitados no 3T20;
- Suspensão de viagens, reuniões e treinamentos presenciais;

- Contato preferencialmente com clientes e fornecedores através de ligações telefônicas ou videoconferência;
- Afastamento de colaboradores administrativos e operacionais com mais de 60 anos, priorizando sua permanência na própria residência;
- Obrigatoriedade da circulação de ônibus e veículos utilizados no transporte dos colaboradores e terceiros com janelas abertas durante todo o transporte;
- Higienização dos veículos utilizados com álcool ou com solução de água sanitária, principalmente, corrimãos, bancos e onde houver possíveis contatos, todos os dias antes e após o transporte;
- Aumento dos horários de refeições e paradas, para que seja mantida a distância mínima de um metro e meio ou, se necessário, divisão das equipes em grupos menores;
- Higienização frequente de maçanetas, corrimãos e áreas de convivência;
- Medição da temperatura de empregados ao ingressarem nas fábricas;
- Aquisição e disponibilização de materiais de proteção, tais como máscaras, adequados à prevenção do COVID-19;
- Produção de álcool em gel no 2T20, na unidade de Tintas e Vernizes, para o abastecimento de todas as unidades fabris, escritórios, fazendas e demais ambientes da Companhia, além de disponibilizar aos colaboradores para que levem para consumo próprio em casa;
- Redução de 25% nos honorários da direção executiva no 2T20, sendo que o Diretor Presidente dispensou integralmente a sua remuneração;
- Implantação de política emergencial de redução de gastos no 2T20 em todas as áreas;
- Apresentação de proposta da administração para aumento de Capital e suspensão de pagamento de dividendos, aprovada em AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) realizada em 31/07/20.

No encerramento do 1T20 foram implantadas medidas de distanciamento social visando combater a COVID-19, essas incluíram o fechamento de todas as atividades econômicas, ficando liberadas somente aquelas classificadas como essenciais. Essas medidas tiveram reflexo no faturamento da Companhia e na sua carteira de pedidos, já final do mês de março, quando ocorreu uma “enxurrada” de cancelamentos de vendas, que estendeu-se pelo mês de abril, onde foi realizado ainda 80% do faturamento previsto. Ainda no decorrer do mês de abril e maio foram concedidas prorrogações de duplicatas de clientes e foram aumentados consideravelmente os prazos médios de venda. Essa situação gerou um aperto de liquidez na empresa, que também não conseguiu linhas de crédito adequadas para fazer frente ao

aumento da necessidade de capital de giro, assim não restou outra alternativa a não ser negociar com seus parceiros a prorrogação de suas contas a pagar.

A implantação das medidas listadas acima, no 2T20, aliviaram em parte o impacto do aumento da necessidade de capital de giro e da queda de faturamento.

Já no mês de maio, as vendas ligadas ao segmento de Construção Civil começaram a mostrar reação, uma vez que as lojas de material de construção permaneceram abertas e no mês de junho, as vendas já estavam superando o faturamento do mesmo mês do ano anterior, em praticamente todos os segmentos de atuação da empresa, alterando completamente a expectativa de queda nas vendas. A Companhia também, com a queda da demanda interna, apostou no Mercado Externo, que ajudou na manutenção de vendas praticamente estáveis no 2T20, comparativamente ao 2T19, onde foi registrada uma queda de 1 % no faturamento.

O auxílio emergencial pago pelo governo federal, aliado a redução dos gastos das famílias no setor de serviços e também a redução nas taxas de juros, resultaram em um aquecimento no setor de Construção Civil. As pessoas ficaram mais em casa e estão gastando tanto em reformas quanto em decoração, além do aquecimento em obras novas, pois o setor de Construção Civil não teve paralisação. Mesmo nos Estados Unidos, onde a Eucatex concentra parte importante das suas exportações, esse fenômeno foi observado.

No 3T20 e no 4T20 a demanda por produtos da Companhia cresceu significativamente e em alguns casos foi necessário o aumento de turnos de produção com a contratação de mão de obra para suprir o mercado. Durante todo o trimestre a Companhia trabalhou com níveis elevados de ocupação das suas linhas de produção.

A recente onda de aumento do número de casos de COVID-19 e a consequente preocupação com o colapso do sistema de saúde, levou a adoção de novas medidas de distanciamento social em alguns estados. A Companhia entende que isso tende a ter efeito algum impacto nas vendas, entretanto, tendo em vista que as pessoas estão sendo vacinadas aqui e principalmente nos Estados Unidos, principal mercado de destino das exportações, há necessidade de um tempo maior para saber se isso trará maiores repercussões nas atividades operacionais. Deixando de lado a visão conturbada pelas medidas mais recentes, para os setores de atuação da empresa o cenário é de continuidade de uma demanda forte no Mercado Interno e Externo.

Conselho da Administração		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otavio Maluf	Flávio Maluf	Antônio Delfim Netto
		José Antonio Miguel Neto
		Luis Fernando Prudencio Velasco
		Miguel João Jorge Filho
		Rodrigo Fernandes Monteiro

Conselho Fiscal
Clóvis Antonio Pereira Pinto
Freddy Rabbat
Marcos Roberto de Oliveira
Murici dos Santos
Simone Carrera

Diretoria	
Diretor Presidente	Flávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral	Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	José Antônio Goulart de Carvalho
Diretor Jurídico	Genildo de Brito
Diretor de Controladoria	Sergio Henrique Ribeiro

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/O-6